



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Liliana Raquel Abreu Costa

A Importância de Programas de Competências Parentais para a Reunificação Familiar de Crianças em Acolhimento Residencial



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Liliana Raquel Abreu Costa

A Importância de Programas de Competências Parentais para a Reunificação Familiar de Crianças em Acolhimento Residencial

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Estudos da Criança
Área de Especialização em Intervenção Psicossocial
com Crianças, Jovens e Famílias

Trabalho realizado sob a orientação da
Doutora Ana Maria Carneiro da Costa e Silva

DECLARAÇÃO

Nome: Liliana Raquel Abreu Costa

Endereço eletrónico: lilianaraquel_costa@hotmail.com

Número do cartão de cidadão: 14665202 9ZY7

Título da dissertação: A Importância de Programas de Competências Parentais para a Reunificação Familiar de Crianças em Acolhimento Residencial

Orientadora: Doutora Ana Maria Carneiro da Costa e Silva

Ano de conclusão: 2019

Designação do Mestrado: Mestrado em Estudos da Criança - Área de Especialização em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 29 de janeiro de 2019.

(nome)

“Só é possível ensinar uma criança a amar, amando-a.”
Johann Goethe

*“Não carreguemos nossas lembranças
com o peso de tristezas já passadas”*
William Shakespeare

Resumo

A família é fundamental no desenvolvimento biopsicossocial das crianças. Porém, por vezes não tem as condições materiais, sociais e/ou afetivas para o adequado acompanhamento e desenvolvimento dos seus filhos. Quando tal acontece, e para a salvaguarda dos direitos das crianças, estas são retiradas temporariamente das suas famílias e colocadas em centros de acolhimento residencial, conforme prevê a Lei portuguesa de Proteção de Crianças e Jovens. Uma vez identificados os motivos da retirada, percebendo que as famílias apresentam falta de apoios económicos e/ou sociais, falta de redes de suporte na comunidade e/ou relações negligenciadas devido à falta de informação e de competências parentais torna-se importante criar condições junto das famílias para proporcionar a reunificação familiar.

O estudo realizado centra-se na importância dos programas de competências parentais para a reunificação familiar de crianças em acolhimento residencial e no questionamento sobre o seu impacto para a reunificação familiar que se perspetiva. Os objetivos desta investigação passam por compreender a importância dos programas de competências parentais na reunificação familiar de crianças em acolhimento residencial; identificar as competências parentais fundamentais ao exercício das responsabilidades parentais; analisar programas de formação de desenvolvimento de competências parentais com vista à reunificação familiar.

Através de uma metodologia de natureza qualitativa e do método de análise documental fez-se a análise de conteúdo de três programas de formação em competências parentais para pais/cuidadores de crianças em acolhimento residencial.

Combinando a revisão de literatura com análise de três programas de competências parentais a investigação mostra-nos que, independentemente do local onde o programa possa ser aplicado, terá sempre os seus efeitos positivos se ajustado às necessidades de cada família, uma vez que ser mãe ou pai é algo que se aprende.

Palavras-chave: acolhimento residencial; competências parentais; reunificação familiar;

Abstract

The family is fundamental in the biopsychosocial development of children. However, sometimes they do not have the material, social and/or affective conditions for the adequate accompaniment and development of their children. When this happens, and for the protection of children's rights, they are temporarily removed from their families and placed in residential care centers, as provided for in the Portuguese Law on the Protection of Children and Young People. Once the reasons for withdrawal have been identified, families are experiencing a lack of economic and/or social support, a lack of community support networks and/or neglected relationships due to lack of information and parental skills families to provide for family reunification.

The study focuses on the importance of parental competency programs for the family reunification of children in residential care and on the questioning of the impact that is expected. The objectives of this research are to understand the importance of parental competency programs in the family reunification of children in residential care; identify parental responsibilities that are fundamental to the exercise of parental responsibilities; explore how parental skills can be developed; to analyze training programs to develop parental skills for family reunification.

Through a methodology of qualitative nature and the method of documentary analysis, the content analysis of three training programs in parental competencies was carried out with the objective of family reunification for parents or caregivers of children in residential care.

Combining the literature review with the analysis of the three parental competency training programs, research shows us that regardless of where the program can be applied, it will always have its positive effects (if adjusted to the needs of each family), since being a mother or a parent is something you learn.

Keywords: residential care; parental skills training programs; family reunification.

Glossário

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ECMIJ – Entidades Competentes em Matéria de Infância e Juventude

GRISIJ – Grupo de Investigação em Intervenções Socioeducativas na Infância e Juventude

LPPCJP – Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

NOP – Novas Oportunidades

SAFER – Serviço de Apoio a Famílias em Risco

Índice

Introdução	13
Capítulo 1 - A Proteção de Crianças e Jovens.....	15
1.1 Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo	15
1.2 Institucionalização de crianças e jovens: causas e consequências.....	18
1.3 Reunificação Familiar	21
1.4 Competências Parentais	28
1.5 Programas de competências parentais	31
1.5.1 Programa Caminhar em Família.....	32
1.5.2. Programa Novas Oportunidades Parentais (NOP)	33
1.5.3. Programa Serviço de Apoio a Famílias em Risco (SAFER)	34
Capítulo 2 – Metodologia: objetivos, métodos e amostra.....	35
2.1. Objetivos	35
2.2. Métodos.....	36
2.3. Amostra.....	36
Capítulo 3 – Apresentação e Discussão dos Resultados	39
3.1 Principais características de cada programa	39
3.1.1 Programa Caminhar em Família.....	39
3.1.2 – Programa NOP.....	40
3.1.3 Programa SAFER.....	42
3.2 Características comuns aos três programas	44
3.3 Análise dos Programas a partir das categorias identificadas	44
3.3.1. Implementação.....	44
3.3.2. Objetivos.....	45
3.3.3. Fundamentação.....	46
3.3.4. Destinatários.....	47
3.3.5. Referencial de competências	48
3.3.6. Metodologia	49
3.3.7. Resultados	49
3.4 Discussão dos resultados	50
Conclusão.....	55

Referências bibliográficas.....	57
Anexos	63
Tabela 1 – Implementação.....	63
Tabela 2 – Objetivos.....	63
Tabela 3 – Fundamentação	66
Tabela 4 – Destinatários.....	72
Tabela 5 – Referencial de competências	74
Tabela 6 – Metodologia	77
Tabela 7 – Resultados.....	80

Introdução

Tendo por base a teoria da vinculação, Grossman e Grossmann (2004), considera a institucionalização como sendo um processo que acarreta sentimentos de perda, abandono e solidão, ao tratar-se de uma separação entre as figuras significativas e as crianças. Por outro lado, o papel do acolhimento residencial, passa essencialmente pela proteção de crianças e jovens em situação de desproteção (Bravo & Del Valle, 2009).

Uma vez que o centro de acolhimento residencial passa a ser o novo contexto de convivência da criança (até que esta possa regressar a casa em condições de segurança), a intervenção, além de fomentar o desenvolvimento da criança e satisfazer as suas necessidades, deve também abranger o processo de reunificação familiar envolvendo a família, potenciando relações positivas entre pais e filhos e ajudando a superar as dificuldades apresentadas (Del Valle, 2009). Sendo que, a instituição não tem de ser um substituto permanente e/ou alternativo dos pais, de modo a garantir a integridade e segurança da criança. Devendo-se então, mostrar aos pais que estes continuam a ter as suas obrigações e direitos para com os filhos, mas acima de tudo, fomentar o seu envolvimento nas dimensões que dizem respeito às crianças. Ou seja, a intervenção realizada pela instituição não deve ser unicamente focada na criança, mas também na unidade familiar (Del Valle, 2009).

O envolvimento parental desejado, passa por implicar os pais nas atividades quotidianas, nas análises e avaliações das situações no que respeita aos filhos e na organização do centro. Inclui-los também em atividades específicas e especiais da instituição como, organizar festas de aniversário, atividades recreativas, ajudar nas obras e decoração do espaço físico da instituição e realização de viagens (Del Valle, 2009).

A importância de programas de competências parentais para a reunificação familiar de crianças em acolhimento residencial surge como um tema interessante e relevante na área de intervenção psicossocial uma vez que cada vez há mais crianças institucionalizadas e que por variadíssimas razões a rutura familiar é tão intensa que

causa danos nos sujeitos. Deste modo, o presente estudo tem como finalidade identificar e caracterizar o impacto dos programas de competências parentais no sucesso da reunificação familiar (valorizando-se assim a unidade familiar).

Para tal, o presente estudo apresenta uma revisão de literatura sobre o tema e a análise de três programas de desenvolvimento de competências parentais, objeto da nossa investigação.

Assim, no capítulo 1, faz-se uma aproximação à Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo; uma abordagem à Institucionalização de Crianças e Jovens: causas e consequências; à Reunificação Familiar; às Competências Parentais e apresentação de três Programas de desenvolvimento de Competências Parentais.

No capítulo 2, apresenta-se a metodologia de investigação subjacente ao estudo realizado, bem como os objetivos de investigação e métodos seguidos.

O capítulo 3 centra-se na análise de três Programas de Competências Parentais: o Programa Caminhar em Família, o Programa Novas Oportunidades e o Programa SAFER. Estes programas caracterizam-se como sendo programas de competências parentais que visam fomentar a reunificação familiar e prevenir a institucionalização. Após a análise dos programas é realizada a discussão dos principais resultados decorrentes da análise de conteúdo, a qual refere que os programas de competências parentais são uma mais valia para as famílias, tendo em conta os resultados/impactos que apresentam.

Por fim, faz-se uma breve conclusão do estudo onde são inferidas algumas sugestões.

Capítulo 1 - A Proteção de Crianças e Jovens

A criança é considerada todo o ser humano com idade inferior a 18 anos, salvo nos casos em que a lei conceda a maioridade mais cedo. Sendo ela (a criança) física e intelectualmente imatura, a Convenção dos Direitos da Criança (1989), prevê a necessidade de proteção e cuidados especiais. A mesma Convenção afirma que a criança necessita de proteção jurídica e não jurídica antes e após o seu nascimento. Reforça ainda que deve haver uma cooperação internacional firme para que os direitos das crianças sejam tidos como uma realidade.

Neste sentido, a criança é vista como sujeito de direitos, passando alguns deles pelo direito do correto cumprimento da responsabilidade dos pais, da família alargada e da comunidade; o direito à proteção contra todas as formas de violência; o direito às medidas adequadas de recuperação física e psicológica de qualquer situação na qual a criança foi vítima, entre outros (Convenção dos Direitos da Criança, 1989).

Sendo a família um elemento fulcral para o desenvolvimento e bem-estar da criança, esta deve receber proteção e assistência necessária, ou seja, beneficiar de uma rede de apoios - formal e/ou informal - que facilite o exercício da responsabilidade parental (Convenção dos Direitos da Criança, 1989). Reconhece-se assim a necessidade de a criança crescer num ambiente familiar estável e harmonioso. Desta forma, se a família não conseguir assegurar o exercício dos direitos referidos anteriormente o Estado prevê, através da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, uma intervenção nesse sentido, ou seja, que afaste a ameaça à segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento da criança ou jovem, através da aplicação das medidas posteriormente referidas.

1.1 Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

A Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPPCJP) – Lei n.º 147/99, de 01 de setembro, alterada pela Lei n.º 142/2015 a 8 de setembro, e novamente pela Lei n.º 23/2017 a 23 de maio – destina-se a salvaguardar as crianças e jovens em

perigo residentes em Portugal. Para tal, visa promover os direitos e proteger as crianças e jovens que se encontram em perigo, a fim de garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral. Nessa perspetiva, existe Legitimidade de Intervenção (artigo 3º) por parte das Entidades Competentes na Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ), Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e Tribunais, quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto, coloquem em perigo a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento da criança ou jovem.

Considera-se que a criança/jovem se encontra perante uma situação de perigo quando:

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequada à sua idade e situação pessoal;
- d) Está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais;
- e) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- f) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- g) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação” (Lei n.º 23/2017, de 23 de maio).

Por conseguinte, para afastar as crianças do perigo, procurando assegurar-se a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral, bem como garantir a sua recuperação física e psicológica de quaisquer perigos aos quais tenham sido expostas, surgem as medidas de promoção e proteção.

Estas medidas¹, segundo a Lei n.º 23/2017, de 23 de maio, podem ser executadas em meio natural de vida (artigos 35º, 40º, 41º, 42º, 43º e 45º) ou em regime de colocação (artigos 35º, 38ºA, 46º e 49º), como apresentamos de seguida:

Meio natural de Vida:

- a) Apoio junto dos pais;
- b) Apoio junto de outro familiar;
- c) Confiança a pessoa idónea;
- d) Apoio para a autonomia de vida;

Regime de colocação:

- e) Acolhimento familiar;
- f) Acolhimento residencial;
- g) Confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção².

Centramo-nos nas medidas de colocação uma vez que o tema exposto diz respeito a questões de acolhimento. Deste modo, as *medidas de colocação*, alínea e) e f), correspondem a um acolhimento familiar (no primeiro caso) ou residencial (no segundo caso). A primeira medida, consiste em proporcionar a integração da criança/jovem num meio familiar onde lhe sejam prestados os cuidados necessários, promovendo-se o bem-estar e a educação necessária ao seu desenvolvimento integral, através da sua atribuição a uma pessoa ou família habilitada para o efeito (Lei n.º 23/2017, de 23 de maio).

Já a segunda medida da presente lei “consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e

¹O regime de execução das medidas consta de legislação própria.

²Medida a executar no meio natural de vida no primeiro caso e de colocação, no segundo e terceiro casos.

habilitados, que lhe garanta os cuidados adequados”. Visa assim, criar condições que satisfaçam as “necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivo exercício dos seus direitos, favorecendo a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral” (Lei n.º 23/2017, de 23 de maio).

1.2 Institucionalização de crianças e jovens: causas e consequências

A medida de acolhimento residencial, como referido anteriormente, é uma das medidas de promoção e proteção previstas na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alterada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro e posteriormente pela Lei n.º 23/2017 a 23 de maio.

Segundo Montserrat (2014), Portugal, ao longo dos tempos, tem vindo a assistir a transformações significativas no que concerne aos objetivos da presente medida. De acordo com alguns autores, como Bravo e Valle (2009a), Valle (1999), Valle e Zurita (2007), estas transformações podem ir desde os modelos de acolhimento macro assistenciais até aos modelos educativos integrados. Uma das grandes alterações prende-se com o número de crianças/jovens acolhidos, sendo que o primeiro modelo previa a existência de casas com mais de cem crianças e no segundo verificou-se uma redução significativa desse número. Percebe-se também que passou de um modelo de prestação de cuidados básicos para um modelo especializado privilegiando uma intervenção ecológica (Montserrat, 2014).

No que respeita ao acolhimento residencial, Sandomingo (1998) define os centros de acolhimento como

instituições sociais criadas pela iniciativa pública ou privada para facilitar uma atenção especializada àquelas crianças ou jovens que, por distintas circunstâncias sócio-familiares, necessitem de ser separadas temporariamente do seu núcleo familiar e, para as quais o internamento é a opção preferencial face à possibilidade de lhes oferecer outro tipo de recursos, como as ajudas económicas à família, o atendimento de dia, a adoção ou o acolhimento [familiar]. (p. 71, cit. in Martins, 2004, p. 218).

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990 cit. in Siqueira, Tubino, & Schwarz, 2009) sempre que os direitos das crianças se encontram sob ameaça ou são violados, a medida de proteção que geralmente é utilizada é a institucionalização/acolhimento residencial, o que não implica necessariamente a privação de liberdade da criança; todavia, leva ao seu afastamento daqueles que foram facilitadores ou perpetradores da violência e/ou da situação de risco. O mesmo documento acrescenta que a institucionalização pode ser vista de pelo menos duas formas; ou seja, se por um lado o acolhimento visa romper com a situação de risco a que a criança se encontra sujeita; por outro, podemos perceber o processo de acolhimento como uma outra forma de abandono (ao ser privada da interação/convívio familiar e abandono por parte da família que não conseguiu corresponder ao seu papel de cuidadora da criança).

Segundo Bowlby (1977), o comportamento de vinculação é considerado como qualquer comportamento que resulte na vontade de um sujeito querer continuar próximo de outro. Este comportamento, embora seja mais intensamente exibido por bebês e crianças pequenas, continua a manifestar-se ao longo da vida, especialmente quando o sujeito se encontra angustiado, doente ou com medo (Ainsworth, 1985). Deste modo, para Grossman e Grossmann (2004), e tendo por base a teoria da vinculação, o processo de institucionalização, ao implicar o confronto com a realidade de uma parentalidade negligente e insensível pode acarretar sentimentos de perda, abandono e solidão. Assim sendo, a ausência de uma figura significativa para o sujeito fomenta um mecanismo de insegurança emocional, podendo levar a trajetórias desenvolvimentais desadaptativas (in Mota & Matos, 2010).

Por conseguinte, o acolhimento residencial cumpre uma função essencial na proteção de crianças e adolescentes em situação de desproteção. Importa reconhecer o seu papel no atual sistema de proteção, evitando considerar o acolhimento residencial como uma alternativa a utilizar apenas quando nenhuma outra é possível. Existem adolescentes com perfis muito específicos para os quais o sistema de proteção não dispõe de qualquer outra alternativa e, nestes casos, o acolhimento residencial é tido como um apoio muito efetivo (Bravo & Del Valle, 2009a).

Contudo, um dos princípios que fundamentam as leis de proteção da infância passa pela conservação da unidade familiar, considerando-se esta a melhor opção para o desenvolvimento de qualquer criança. Apenas quando o lar familiar apresenta perigo para o desenvolvimento e bem-estar desta é que poderá justificar-se uma intervenção que a retire do seio familiar e a coloque em alguma instituição, seja de forma temporária ou mais prolongada (Del Valle, 2009).

A Lei n.º 23/2017, de 23 de Maio, através do n.º 1, do seu art. 51.º faz referência a duas modalidades de intervenção respeitantes ao acolhimento residencial – Acolhimento planeado e Acolhimento de emergência - privilegiando sempre o acolhimento residencial planeado. Daí, autores, como Alonso e Menéndez (2014), realçarem a importância de a família ter a possibilidade de dar o seu consentimento para o acolhimento da criança. Envolvendo assim, segundo Bravo & Valle, (2009b), a família e a criança na tomada de decisão com um papel ativo desde o início, facilitando a adaptação/aceitação da medida. Amorós et al. (2010) defendem que este envolvimento tem resultados positivos na intervenção.

A institucionalização da criança/jovem visa não só assegurar condições de segurança, educação e bem-estar, bem como, promover o desenvolvimento de competências, sejam elas pessoais ou sociais, criando um projeto de vida para e com a criança/jovem (Instituto de Segurança Social, 2015; art. 27.º da CVC).

Estes projetos de vida devem ser desenvolvidos com base nas perspetivas e ambições dos agentes, tratando-se de algo à partida complexo. Conforme realça Santos (2010), a maioria dos jovens não apresenta expectativas por não terem alguma estrutura estável que facilite o processo para definir o seu futuro ou então, devido ao facto de estes seguirem os modelos observados, nomeadamente o modelo dos pais.

Com foco no futuro, estes projetos de vida visam ainda contrariar o estigma a que as crianças estão sujeitas, facilitando assim a sua reinserção na sociedade. (Goffman, 1982). Todavia, este mesmo autor refere que a institucionalização traz aos jovens uma representação baseada em estereótipos sociais estigmatizantes denominados de discriminação societal o que, segundo Amado et al. (2003) afirmam, aumenta a distância entre as crianças/jovens e a comunidade.

1.3 Reunificação Familiar

No seguimento do tópico anterior, a intervenção em instituição de acolhimento residencial, que se converte no novo contexto de convivência da criança até que esta possa regressar a casa em condições de segurança, além de fomentar o desenvolvimento da criança e satisfazer as suas necessidades, deve também abranger o processo de reunificação familiar envolvendo a família, potenciando relações positivas entre pais e filhos, e ajudando a superar as dificuldades apresentadas (Del Valle, 2009).

Entende-se então por reunificação familiar o ato planeado de reunir a família que um dia, por diversos motivos, foi separada, ou seja, cuja criança foi retirada do seio familiar e colocada num centro de acolhimento residencial (Reunification Services in Silva et al, 2014). Este processo deverá ser posto em prática, estabelecendo objetivos de intervenção através do projeto de vida, contemplando a importância de preparar a criança e a família para a reunificação (Del Valle, 2009). Reunificação essa, vista como o processo de transição permanente de regresso a casa e à comunidade de origem (BCN, 2013 in Surtees, Cody & Bearuo, 2016).

Segundo Belsky (1993), Belsky e Vondra (1989), Quinton e Rutter (1988), Bronfenbrenner (1986) referidos por Balsells et al. (2013), o funcionamento da família é influenciado pelos recursos pessoais (personalidade), características da criança e causadores de stress e suporte social (trabalho, rede de apoio). Tendo em conta estes fatores, Vázquez (2009) sugere que a reunificação familiar deve ser feita de forma gradual, ou seja, a instituição deve ponderar ações que promovam uma participação mais gradativa por parte da família em tudo o que respeita a criança. Ações essas, que podem facilitar a responsabilização, a relação familiar e a reflexão sobre as alterações que devem existir, quer a nível individual, quer contextual (Balsells, 2007; Balsells et al., 2013) e do processo com vista à reunificação familiar.

Contudo, segundo Del Valle (2009), a vinculação entre a instituição e a família é, com frequência, reduzida a meras visitas e/ou contactos telefónicos. Deste modo, as

responsabilidades parentais são transferidas, pelos pais, para a instituição de acolhimento residencial. Porém, a instituição não tem de ser um substituto permanente e/ou alternativo dos pais, de modo a garantir a integridade e segurança da criança. Mesmo assumindo que os pais apresentam algumas limitações, estes não são totalmente, nem permanentemente, incapazes, como nos mostra Ausloss (2003), quando refere que as famílias apresentam potencialidades; todavia, em determinados momentos podem não saber aplicá-las ou, em outros casos, não terem consciência delas, o que impossibilita a sua utilização. Devemos então, mostrar aos pais que estes continuam a ter as suas obrigações e direitos para com os filhos mas, acima de tudo, fomentar o seu envolvimento nas dimensões que dizem respeito às crianças. Ou seja, a intervenção realizada pela instituição não deve ser unicamente focada na criança, mas também na unidade familiar (Del Valle, 2009).

Vários autores (Alvarez et al., 2014; Bravo & Valle, 2009b; Campos et al., 2010; Valle & Zurita, 2007) sublinham que, ao valorizarem a relação familiar, consideram que estas não podem ser substituídas pelas relações estabelecidas com os técnicos. É então importante que se facilite as visitas e contactos entre as crianças e os pais (Valle & Rodríguez, 2008), uma vez que as competências parentais, por vezes já existentes precisam de ser treinadas e o contexto da visita poderá ser facilitador desse processo (Hawkins, Catalano & Miller, 1992 in Rodrigo et al., 2009).

Deste modo, com vista à reunificação familiar devem ser desenvolvidas ações que promovam uma participação mais ativa da família (Vázquez, 2009), como referido anteriormente. Este envolvimento parental passa por implicar os pais nas atividades quotidianas, nas análises e avaliações das situações no que respeita aos filhos, na organização e gestão do centro de acolhimento. É igualmente adequado incluí-los também em atividades específicas e especiais da instituição como a organização de festas de aniversário, de atividades recreativas, participação nas obras e na decoração do espaço físico da instituição, realização de viagens, entre outras (Del Valle, 2009).

A identificação de áreas de competência e aspetos positivos deve ser o primeiro passo a dar para fazer uma intervenção com essas famílias (Amorós et al., 2009). Trata-se de não olhar apenas para os fatores de risco que colocam a família numa posição de incapacidade, mas ter em conta os fatores de proteção que permitem identificar as

capacidades/competências que os pais possuem (Amorós et al., 2010; Balsells, 2007 in Balsells et al., 2013).

Através do envolvimento da família na vida da criança/jovem, supõe-se que seja mais fácil trabalhar com todos os intervenientes os fatores de risco e de proteção existentes, bem como a forma de gerir estes fatores, com o objetivo de manter a reunificação (Kimblimet et al., 2009, in Balsells et al., 2013), tornando-os sujeitos ativos no seu próprio processo (Balsells et al., 2013). Tendo sempre em consideração que o tipo e grau de implicação parental deverá ser contemplado no plano de vida da criança e da própria família (Del Valle, 2009).

Segundo Grillo (2013), a reunificação familiar implica um exercício de reflexão que, de acordo com alguns autores (Bravo & Valle, 2009b; Valle & Rodríguez, 2008; Montserrat, 2014), deve ser realizado em conjunto com os profissionais, criança e família. O seu objetivo passa por potenciar a capacitação dos intervenientes facilitando a identificação dos fatores/motivos que levaram ao acolhimento (Bravo & Valle, 2009b) e a alteração dos mesmos tendo em conta as suas capacidades (Amorós et al., 2010; Lietz & Strength, 2011; Rodrigo, 2015). Denota-se que os autores valorizam a consciencialização das famílias relativamente às alterações realizadas e a realizar a fim de consolidar a reunificação, estando recetivas a enfrentar as adversidades que daí poderão surgir.

De acordo com Kimblim et al. (2009, in por Balsells et al., 2013), considerando o envolvimento familiar, supõe-se que será mais fácil trabalhar os fatores de risco e de proteção, gerindo-os de forma a potenciar a consolidação da reunificação. Segundo Balsells et al. (2014), esta consolidação é mais eficaz quando a reunificação familiar é pensada com base nas capacidades parentais, quando esta é bem planeada e quando se prevê uma boa rede de suporte familiar. Balsells et al. (2013), acrescenta que é mais provável a reunificação obter sucesso quando a família adquire consciência das reais mudanças. Isto, porque ter consciência das mudanças oferece perspetivas, objetividade e motivação, o que se traduz num indicador de sucesso na reunificação.

Balsells, et al. (2013) sublinham que, quando é comunicado à família a retirada temporária da criança o momento é crítico e doloroso para todos os membros da

mesma. Os pais geralmente encontram-se em estado de choque o que dificulta a sua compreensão e/ou assimilação da informação. Inicialmente, aquando da retirada, os pais não se encontram psicológica e emocionalmente preparados para aceitar ou entender o problema e, por essa razão, podem não compreender os motivos que levaram à retirada. Para que tenham consciência e compreendam o problema é necessário ajudá-los a reorganizar e assimilar as verdadeiras razões que levaram a que essa decisão fosse tomada.

Os mesmos autores referem que a reunificação familiar supõe 4 fases: de adaptação, aceitação, preparação e reunificação. No início a família encontra-se num estado de sobrevivência, *período de crise*. Procedendo-se a *fase de adaptação*, sendo esta a fase em que a família pode fazer os ajustes necessários, quer a nível pessoal, quer a nível contextual, para atender a situação. Os pais que realizam com sucesso os ajustes emocionais e conceptuais para lidar com a situação são aqueles que alcançam a *fase de aceitação*, onde valorizam o seu envolvimento com as mudanças, assumindo como melhoria do seu funcionamento.

Quando a família está pronta para a reunificação, inicia-se a *fase de preparação* do retorno da criança a casa. Esta é a altura em que as visitas são realizadas/imperativas e o retorno é preparado fazendo com que a criança passe mais tempo em casa de forma gradual (um dia, uma semana, férias da escola...) (Balsells, et al., 2013).

Na fase da consolidação da reunificação, o objetivo principal passa pelo foco no reconhecimento e reforço das alterações/mudanças alcançadas pela família (Lietz et al., 2011 in Balsells, et al., 2013).

Segundo Balsells, et al., (2013), a complexidade em compreender o significado da reunificação para a família, fez emergir 3 aspetos importantes: compreender as razões da reunificação, compreender o processo da reunificação e tomada de consciência das mudanças alcançadas.

- Entendimento dos motivos da reunificação

Relativamente ao entendimento dos motivos da reunificação, os profissionais sugerem que é importante mostrar aos pais e às crianças que a reunificação não é premeditada, mas que é determinada pelas capacidades e mudanças que realizarem. As famílias devem saber que as mudanças necessárias para a restauração da dinâmica familiar não são externas a elas, mas pelo contrário, que elas dependem das suas ações e progresso. Devem entender que a reunificação implica saber que mudanças são possíveis de se fazer, e que implicações podem coexistir uma vez dada a reunificação (Balsells, et al., 2013).

- Compreensão do processo da reunificação

Segundo Balsells, et al., (2013), no que respeita à compreensão do processo de reunificação, existem dois aspetos importantes:

- Primeiro, todos os participantes devem concordar que este processo irá permitir que os pais e crianças se conheçam novamente. Sendo que os pais devem estar conscientes das experiências pelas quais as crianças passaram durante o período de retirada de forma a adaptarem as suas respostas às necessidades da criança; aceitar que se afastaram dos seus filhos até uma certa idade (ou por determinando tempo) e que isso pode ter alterado as suas necessidades. Para além das mudanças e aquisições realizadas durante o período da retirada, também os hábitos, rotinas e horários terão de ser reorganizados.
- Segundo, é necessário informar as crianças e adolescentes sobre como se irá proceder o processo de reunificação e suas implicações. Pois, muitas vezes, as crianças não têm consciência sobre o processo, e a decisão de que vão regressar a casa é, frequentemente, comunicada a poucos dias do dito regresso, logo, eles não têm tempo para se preparar. É importante que este processo ocorra, uma vez que algumas crianças revelam que se sentem um pouco estranhas em casa porque não tiveram tempo de assimilar a ideia.

Importa notar que na maior parte dos casos deram-se mudanças no contexto familiar, o que pode desencadear algum desconforto.

Profissionais apontam e corroboram a necessidade de formação e informação, mas também acham que, na maioria dos casos, as diferentes implicações que a reunificação pode apresentar não foram discutidas com a criança. Por exemplo, dúvidas e questões sobre o processo (Balsells, et al., 2013).

- Consciência do progresso familiar a fim de consolidar a reunificação

Balsells, et al., (2013) apontam que transformar o medo inicial e apreciar as experiências positivas dos pais como uma oportunidade para melhorar a situação, é essencial para a consolidação da reunificação. Quando a mudança ocorre, as famílias encontram-se reforçadas e sentem-se empoderadas para tomar decisões e criar os seus filhos, sendo que esta auto confiança permite-lhes reconhecer as mudanças e os fatores que facilitaram essas mudanças.

Os autores acima referem que a consolidação do processo de reunificação e o fortalecimento da consciência do progresso pode ser reforçada quando as famílias dão suporte a outras famílias. Tratando-se de um processo de resiliência familiar, pois o facto de essas famílias serem capazes de oferecer suporte familiar a outras famílias que passam por situações semelhantes, faz com que se tornem mais fortes ao sentirem-se úteis e confortadas por terem saído dessa situação (Lietz et al., 2011, in Balsells, et al., 2013).

Balsells, et al., (2013) afirmam que é muito importante que todos os membros da família se encontrem conscientes das mudanças produzidas nestas três áreas, correspondendo à interpretação do modelo eco evolucionário da família com referências às:

i) Necessidades da criança - as alterações relativas às necessidades da criança são aquelas que melhoram a sua situação: saúde, educação, estabilidade emocional, autoestima, entre outras.

ii) Capacidades parentais - as mudanças aqui são a aquisição de competências para desempenhar um papel adequado às necessidades da criança e cuidar dela

devidamente, incluindo o estabelecimento de regras e limites, ir buscar à escola, providenciar uma dieta equilibrada, dando estabilidade emocional, entre outras.

iii) Contexto - as alterações no contexto são aquelas relacionadas ao aumento da renda, organização da casa, o uso do suporte social para ajudar a situação familiar, entre outras.

Oferecer suporte social a outras famílias é um processo que pode servir como fator de proteção contra a recaídas, para desenvolver competências dos profissionais, bem como o bem-estar emocional tal como autoconfiança e autoeficácia das famílias (Leake, Longworth Reed, Williams & Potter, 2012). Com o suporte necessário, elas podem deixar de ser destinatários e passarem a recursos transformadores (Serbati & Milani, 2012) e serem agentes ativos no seu processo de reunificação. Elas podem ser famílias ajudadas/reabilitadas a ajudar/reabilitar outras famílias (in Balsells, et al., 2013).

Por outro lado, consideram-se como fatores de risco a falta de recursos externos, tais como o desemprego, a falta de habitação ou habitação inadequada ou questões de marginalização, fatores estes que podem afetar a qualidade parental, reduzindo a probabilidade de haver reunificação familiar (Elder & Caspian, 1988 in Balsells, et al., 2013).

Importa realçar que segundo Balsells et al., (2013), sendo legítimo o surgimento de sentimentos ambíguos no que respeita à situação de afastamento familiar proporcionado pelo acolhimento, a reunificação familiar poderá apresentar aspetos positivos e negativos, os quais deverão ser trabalhados. A fim de prevenir que mais tarde a família se sinta afetada e desmotivada, é essencial manter e promover o bom desenvolvimento da reunificação.

Um dos aspetos negativos previstos, é a possível discriminação de que a criança possa ser vítima aquando da reunificação devido à vida que teve durante a separação ou devido ao motivo desta (Surtees et al., 2016). Os autores referem também que é possível haver um choque entre as tradições culturais e/ou religiosas, as quais, a criança vivenciava quando se encontrava no centro de acolhimento residencial e as tradições da sua comunidade de origem. Valle e Zurita (2007) acrescentam que o retorno ao seio

familiar pode ser um momento stressante e conturbado para todos os intervenientes, visando perturbar/romper o equilíbrio do sistema familiar existente. Havendo a necessidade de a criança assumir novos papéis, de se adaptar a novas rotinas e regras da casa, contrárias às do centro onde se encontrava.

1.4 Competências Parentais

Segundo Mercer (2006), ser mãe/pai não pode ser considerado um talento natural. Mas sim como sendo um processo sociocognitivo tratando-se de um processo aprendido (in Cardoso, et al., 2014).

A parentalidade envolve quatro dimensões: (1) assumir a responsabilidade do exercício efetivo do papel; (2) otimizar o crescimento e o desenvolvimento da criança; (3) integrar a criança na família; e, (4) agir de acordo com os comportamentos esperados de alguém que é mãe/pai (International Council of Nurses, 2011 in Cardoso et al., 2014).

Deste modo, quando se verifica a falta de conhecimentos e/ou competências parentais que visam a educação, supervisão e resposta às necessidades da criança, Camilo e Garrido (2013) afirmam que estamos perante dinâmicas familiares negligentes. Estas dinâmicas representam um risco para o desenvolvimento integral da criança, daí que as respostas previstas para estes casos passem geralmente pela retirada e consequente institucionalização da criança. Todavia, muitos estudos apresentam consequências danosas a nível psicossocial associadas à rutura familiar, uma vez que poderá implicar diversas adaptações a outros meios e nova construção de relações vincuativas (e.g., Fernández, Alvarez, & Bravo, 2003; Martins, 2005; Palacios, 2003 Camilo & Garrido, 2013).

Por conseguinte, de acordo com Martins, (2005) e Tribuna e Relvas (2002, in Camilo & Garrido, 2013), a fim de evitar uma rutura definitiva, a intervenção com as famílias deve assumir uma certa relevância social, como estratégia. Esta intervenção visa responder de forma eficaz à colmatação de práticas parentais abusivas que representam um risco para a criança.

Antes de definirmos competências parentais, considera-se pertinente desconstruir este termo. Desta forma, *competências*, segundo Cardoso et al. (2014), surge do latim *competere*. Este resulta da copulação da palavra - com, significando conjunto, e da palavra *-petere*, cujo seu significado é esforço. Cardoso et al. (2014) acrescentam que

este termo é definido como um conjunto de conhecimentos teóricos ou práticos que uma pessoa domina, de requisitos que preenche e são necessários para um dado fim e como uma qualidade de quem é capaz de resolver determinados problemas ou de exercer determinadas funções (p. 12).

Os mesmos autores (Cardoso et al.,2014) consideram então duas dimensões: competência e competências. Sendo que a primeira é vista como a devida utilização de diversos recursos cognitivos (saberes, informações, valores, atitudes, habilidades, inteligência, esquemas de percepção, de avaliação e de raciocínio) com o objetivo de resolver problemas. Já *competências* consideram como sendo a compilação de conhecimentos, habilidades e atitudes que visam realizar ações com êxito, apontando formas de agir e/ou de pensar que podem ser melhoradas à medida que a pessoa aprende e se ajusta ao ambiente (Fleury & Fleury, 2001, in Cardoso et al., 2014).

Rodrigo et al. (2008) e Rodrigo, Martín, Cabrera e Máiquez (2009, in Rodrigo, 2013), consideram que as competências parentais resultam de um ajuste entre as condições psicossociais em que a família vive, o cenário educativo que os pais terão construído para realizar a sua tarefa/responsabilidade enquanto pais, bem como as necessidades da criança. Já Cardoso et al., (2014) assumem o conceito de competências parentais como sendo “conjunto de conhecimentos, de habilidades e de atitudes que facilitam e otimizam o desempenho, com mestria, do papel parental, garantindo o potencial máximo de crescimento e de desenvolvimento da criança” (p. 13).

Os referidos conhecimentos e as habilidades parentais, são entendidos por Ribas & Bornstein, (2005) e Ribas, Moura & Bornstein (2007, in Cardoso et al., 2014), como a percepção do desenvolvimento da criança e a intimidade com as tarefas parentais, arroladas com as decisões respeitantes à criança, com a aptidão de avaliação

e interpretação dos comportamentos da criança, bem como com o desempenho das tarefas parentais e com a interação destes com a mesma.

Por outro lado, quando estes conhecimentos e habilidades não são desenvolvidos poderemos estar perante situações de negligência. Como um dos fatores potenciadores de negligência, surge a desvantagem económica das famílias, que Camilo e Garrido (2013), associam a práticas abusivas por parte dos pais. Segundo Bondarenko (2008, in Camilo & Garrido, 2013), fatores como a instabilidade no emprego ou desemprego, o isolamento social, situações de violência doméstica, entre outros, podem promover a vulnerabilidade psicossocial das famílias. Peirson et al. (2001) e Stavrianos et al. (2009, in Camilo & Garrido, 2013), destacam ainda o abuso de substâncias psicoativas, indutores de interação negativos, baixos níveis de competência parental (entre outros) como fatores associados a práticas parentais negligentes.

Por outro lado, tendo em conta que as práticas parentais negligentes podem ser prevenidas com fatores que potenciam os pontos fortes das famílias, Hanson, McLanahan, e Thomson (1997, in Camilo & Garrido, 2013) apresentam como fatores compensatórios da negligência a promoção do adequado desempenho parental e o suporte social. Estes fatores permitem que os cuidadores tenham maior capacidade de resposta adequada às necessidades das crianças, demonstrando maior afetividade perante os filhos (Morton & Browne, 1998; Stavrianos et al, 2009, in Camilo & Garrido, 2013).

Segundo Ribas e Bornstein (2005, in Cardoso et al., 2014) a proficiência nas competências parentais influi sobre o modo como os pais interpretam o seu comportamento, bem como o das crianças. Sendo que os autores consideram que quanto maior é a perícia de competências parentais, maior a possibilidade de desenvolverem um ambiente adequado às crianças e corresponderem às suas necessidades. Desta forma, se os pais adquirirem conhecimentos e habilidades com relação às necessidades dos filhos, propiciam o desenvolvimento de competências parentais, melhorando assim a confiança, a satisfação e a mestria no desempenho do seu papel enquanto pais.

Nesse sentido, as intervenções realizadas com as famílias a fim de promover competências parentais devem abordar temas como a satisfação das necessidades das crianças, a educação, a autoestima e bem-estar dos pais (Cruz & Carvalho, 2011 in Camilo & Garrido, 2013). Neste seguimento, Daly (2007, in Rodrigo, 2013) constata que os programas de educação parental são um fenómeno em crescimento dentro das políticas europeias de apoio à parentalidade positiva.

1.5 Programas de competências parentais

Com base nas recomendações do Conselho da Europa (2006) sobre as políticas de apoio ao exercício da parentalidade positiva, Rodrigo (2013) defende a parentalidade positiva como o comportamento dos pais tendo em conta o superior interesse da criança, que protege, estimula as suas capacidades, não é violento e reconhece e orienta a criança através do estabelecimento de limites, permitido assim o seu desenvolvimento integral.

Rodrigo (2013) refere ainda que a *recomendação* prevê consciencializar os Estados membros da necessidade de proporcionar/disponibilizar aos pais apoios psicoeducativos que lhes permitam cumprir de forma adequada as suas responsabilidades para com a criança, especialmente daqueles que vivem em risco psicossocial.

A autora reforça que para analisar a eficácia dos programas de educação parental quando se trata de promover a melhoria das competências dos pais, é imprescindível começar por identificar e avaliar essas mesmas competências. Isto, para se poder avaliar as suas potencialidades e não apenas as suas fragilidades e problemas para que os objetivos estruturados sejam os mais ajustados possíveis às necessidades das famílias.

De modo a facilitar a perceção sobre o tema em questão são apresentados aqui de forma sucinta, alguns programas com foco nas competências familiares – Caminhar em Família; Novas Oportunidades Parentais (NOP); e Serviço de Apoio à Família (SAFER).

Estes 3 programas serão analisados de forma detalhada no capítulo 3, uma vez que constituem o objeto do nosso estudo.

Em Portugal, o programa da Fundação Calouste Gulbenkian «Crianças e Jovens em Risco», com início em 2007, teve como objetivo principal “apoiar e estimular processos de integração social dos grupos mais vulneráveis da população e das comunidades urbanas mais expostas a contextos de pobreza e exclusão social” (Mota, 2011, p.10).

A Fundação Calouste Gulbenkian elegeu a Formação Parental como sendo a primeira componente do Programa uma vez que considerou parca a existência de ações destinadas a apoiar as famílias e de as empoderar desenvolvendo assim competências parentais. Também observou que o desenvolvimento de programas de Formação Parental poderia evitar a institucionalização de crianças e jovens em risco. Ou seja, privilegiam não só os direitos das crianças, mas ainda a necessidade de promover capacidades educativas dos pais/familiares (Mota, 2011).

Deste modo, a Fundação Calouste Gulbenkian abriu concurso dirigido a instituições que tinham como foco o trabalho com as famílias dos Concelhos de Lisboa, Setúbal, Amadora e Sintra (Mota, 2011).

Das diversas candidaturas, foram aprovados 8 projetos, dois por concelho, desenvolvidos durante três anos – 2008 a 2011. Destes apresentamos de seguida os programas: Novas Oportunidades Parentais (NOP) e o Serviço de Apoio a Famílias em Risco (SAFER) (Mota, 2011).

1.5.1 Programa Caminhar em Família

O programa Caminhar em Família, desenvolvido pelo Grupo de Investigação em Intervenções Socioeducativas na Infância e Juventude (GRISIJ) das Universidades de Barcelona e Lleida entre 2015 e 2018, destina-se a crianças com idades entre os 8 e os 16 anos (em acolhimento residencial) e respetivos pais. Este programa tem como finalidade capacitar as famílias de competências parentais com vista a facilitar a reunificação familiar com os seus filhos que se encontram em acolhimento residencial.

O seu objetivo principal é trabalhar competências parentais durante o acolhimento e posterior reunificação, valorizando a importância de melhorar os vínculos afetivos, melhorando as competências parentais, resolvendo situações de conflito, proporcionando um ambiente estável e facilitando o regresso a casa das crianças/jovens internados em acolhimento residencial (Bailón et al., 2015).

Deste modo, prevendo um acompanhamento para além do programa, tendo em conta o projeto de vida que visa o acolhimento e a reunificação familiar, este apresenta como níveis de intervenção: saúde mental, apoio domiciliário, apoio escolar, ajudas para habitação, apoio terapêutico, orientação laboral, ajuda nas adições, recursos económicos e programas socioeducativos de competências parentais complementares (Bailón & Vicente, 2015).

1.5.2. Programa Novas Oportunidades Parentais (NOP)

O desenvolvimento do programa Novas Oportunidades Parentais (NOP), sustenta-se em investigações realizadas no âmbito das competências para a parentalidade e para a saúde, a formação de adultos, o desenvolvimento da criança e a intervenção com famílias multidesafiadas, nomeadamente no estudo que a Associação Questão de Equilíbrio levou a cabo (Santos, Santos & Ribeiro, 2011). A partir deste estudo os autores descrevem o seguinte referencial de competências:

Gerir o funcionamento da família garantindo o espaço da criança; saber ouvir e observar, com vista a contribuir para a avaliação das potencialidades da criança; responder às necessidades básicas da criança; identificar problemas, inaptações ou carências da criança; garantir a limpeza corrente do vestuário e da casa; organizar o espaço no sentido do conforto e da segurança; gerir o percurso escolar e formativo; tomar responsabilidade da criança nos planos: afetivo, higiene corporal, saúde física e psíquica, segurança...; transmitir conhecimentos, valores, experiências que promovam o desenvolvimento da autonomia e da socialização; dar referências, ser assertivo, fixar e manter limites; gratificar e sancionar; ajudar à integração da criança em todas as dimensões; partilhar/intercambiar e jogar com a criança; assumir-se como modelo de referência para a

criança; desenvolver as condições necessárias para o relacionamento da criança com o meio social mais alargado; ajudar a criança a ser tolerante e perseverante, capaz de resistir ao imediatismo e a lidar com o insucesso, com vista à ultrapassagem de dificuldades; facilitar as condições de relacionamento da criança com o resto da família, professores e técnicos (Santos et al., 2011, pp. 258-259).

Segundo Santos et al. (2011), o Projeto NOP tem como objetivo geral

capacitar pais e/ou família de jovens sinalizados como em situação de risco pela CPCJ de Setúbal, para que possam responsabilizar-se pelo acompanhamento dos seus jovens, evitando a sua institucionalização ou criando as condições necessárias para um acompanhamento parental efetivo que facilite a sua plena integração social e familiar, se saídos de instituições onde permaneceram por algum tempo. (p.258)

1.5.3. Programa Serviço de Apoio a Famílias em Risco (SAFER)

Este serviço surge para dar resposta no que respeita a formação parental através de um programa de intervenção que visa aumentar as competências dos intervenientes potenciando alternativas para e com a família, evitando a institucionalização da criança e, uma vez institucionalizada, promover condições que legitimem o seu regresso a casa (Dinis, Delgado, & Chaleira, 2011).

Tendo por base o Projeto Família, Dinis et al. (2011), afirmam que o SAFER procura intervir de forma intensiva e individualizada junto das famílias, no seu contexto/ambiente real. O projeto tem como foco principal o aumento das competências dos elementos de uma família:

a facilitação da tarefa, a introdução de tarefas adicionais ou novas tarefas, a aprendizagem de aptidões, a redução ou eliminação da influência de stressores, a diminuição da influência de uma patologia ao ensinar a lidar com ela, o reforço da flexibilidade e a criação e a rentabilização de fatores protetores” (Dinis et al. 2011, p. 286).

Capítulo 2 – Metodologia: objetivos, métodos e amostra

Este capítulo incide na metodologia aplicada na investigação levada a cabo, tratando-se de um estudo de natureza qualitativa. Segundo Bogdan & Biklen (1994), a metodologia de cariz qualitativo consiste na compreensão dos problemas, analisando a génese da questão/problema em estudo. Estes autores apresentam três métodos de recolha de dados passíveis de se utilizar como fontes de informação, sendo eles observação (pressupõe uma observação direta e presencial do investigador, uma vez que se centra na sua perspetiva), conversação (a qual implica momentos de diálogo e interação, focando-se na perspetiva do participante) e análise de documentos (centrado na perspetiva do investigador, supõe pesquisa, leitura e análise de documentos escritos).

2.1. Objetivos

Tendo em conta que o presente estudo tem como objetivo geral compreender a importância dos programas de competências parentais na reunificação familiar de crianças em acolhimento residencial, definiram-se os seguintes objetivos específicos: i) identificar as competências parentais fundamentais ao exercício das responsabilidades parentais; ii) explorar a forma como as competências parentais podem ser desenvolvidas; iii) analisar programas de formação de desenvolvimento de competências parentais com vista à reunificação familiar.

2.2. Métodos

O método selecionado foi a pesquisa e análise documental o qual, segundo Gil (2008, in Cechinel et al., 2016), se caracteriza pela pesquisa de documentos (escritos ou não) que ainda não foram analisados ou que são passíveis de reelaboração. Este método apresenta-se com duas perspectivas de utilização, sendo que a primeira visa complementar a informação obtida através de outros métodos e a segunda (utilizada na presente investigação) procura ser o método de pesquisa central, sendo os documentos objeto de estudo principal/exclusivo (Bell, 1993).

Segundo Gil (2008 in Cechinel et al., 2016, p. 4), a utilização do método de análise documental acarreta tanto vantagens – “fonte rica e estável de dados, subsistência ao longo do tempo, baixo custo, não exigência de contacto com os sujeitos do estudo - como limitações – “a não representatividade e subjetividade dos documentos”.

Para a análise documental recorreu-se à técnica de análise de conteúdo. Sendo que esta se insere na metodologia de análise de dados na investigação social, consiste numa técnica de pesquisa que visa agrupar numa secção (categoria de significação) a informação de diferentes tipos de comunicação (Amado, 2017). Trata-se então de um aglomerado de técnicas de análise de comunicação que procuram descrever a mensagem (Bardin, 2009).

Para a análise de conteúdo procedeu-se à identificação de dimensões que têm vindo a ser utilizadas na análise de programas no âmbito da intervenção psicossocial. A partir destas dimensões e após a leitura dos documentos objeto de análise procedeu-se à definição de categorias e subcategorias. Das dimensões prévias, emergiram então categorias e subcategorias que permitiram comparar e analisar, de uma forma mais rigorosa e sistematizada, as informações existentes nos documentos objetos de estudo.

2.3. Amostra

Neste projeto de investigação qualitativa a fonte de dados passa por documentos referentes aos programas de formação de competências parentais. Para tal, fez-se uma pesquisa sobre vários programas existentes, dos quais podemos identificar “Espaço da Família - Programa de Formação Parental”; “Escola de Pais – Um Programa de Formação Parental para Famílias de Alto risco”; “Nova_Mente – Programa de Preservação Familiar e Formação Parental”; “Para Pais sobre Filhos – Um projeto de intervenção com famílias”; “Novas Oportunidades Parentais – A formação parental para pais/cuidadores de crianças e jovens em risco”; “SAFER – Serviço de apoio a famílias em risco”; “Laços, Afetos e Metodologias – Projeto de formação parental”; “Rede de Intervenção na Família – Projeto de Formação Parental” e “Caminhar em Família – Programa de competências parentais durante o acolhimento e a reunificação familiar”. Após a pesquisa efetuada foram selecionados três programas para uma análise mais aprofundada e comparativa, nomeadamente os programas Caminhar em Família, Novas Oportunidades (NOP) e SAFER. A seleção dos programas, embora um pouco aleatória, teve em conta os objetivos dos mesmos e o seu grau de realização. Relativamente ao Caminhar em Família, considerou-se vantajoso analisar um programa que tivesse sido desenvolvido em Espanha e aplicado em Espanha e Portugal (com as devidas adaptações), a fim de perceber e comparar dimensões focadas. Relativamente aos outros dois, NOP e SAFER, considerou-se pertinente a sua análise uma vez que foram desenvolvidos e aplicados em simultâneo e em realidades muito próximas e circunscritas (Sintra e Setúbal), configurando alguma diversidade no que se refere ao âmbito de aplicação, temporalidade e características dos mesmos. Para além disso, os programas NOP e SAFER apesar de considerarem a reunificação, têm como objetivo primordial a Formação de Competências Parentais a fim de prevenir a institucionalização; já o programa Caminhar em Família foca-se na reunificação familiar o que favorece a comparação entre eles percebendo se evidenciam questões muito diferentes e/ou se os parâmetros dos três se complementam facilitando a reunificação familiar.

A presente investigação passa então pelo confronto entre a revisão de literatura e os programas analisados, sendo que o tipo de análise de conteúdo utilizado foi o categorial, uma vez que se trata de uma análise temática (por categorias).

Capítulo 3 – Apresentação e Discussão dos Resultados

Neste capítulo apresenta-se a análise efetuada aos três programas de desenvolvimento de competências parentais já identificados no capítulo 1: Caminhar em Família, NOP e SAFER. Serão também descritos os resultados da análise efetuada com base nas categorias identificadas e a discussão dos mesmos em articulação com a revisão de literatura.

3.1 Principais características de cada programa

3.1.1 Programa Caminhar em Família

A fundamentação do programa surge a partir das necessidades encontradas através da investigação realizada, sendo estas a necessidade de explicar aos pais a medida tomada, questões relacionadas com as visitas e contactos durante o acolhimento (que tipo de visita, que supervisão), a preparação da reunificação e não menos importante, o que fazer para que essa reunificação prospere (Bailón & Vicente, 2015).

Como resposta às necessidades anteriormente referidas, o Programa está organizado em vários módulos, os quais, através de diversas estratégias, vão ao encontro de objetivos que correspondem à satisfação das necessidades encontradas. Neste sentido, o módulo I correspondente às necessidades respeitantes à medida; o módulo II, às visitas e contactos; o módulo III, à preparação da volta a casa; o módulo IV, aos primeiros dias em casa; e o módulo V, à consolidação da reunificação (Bailón et al., 2015).

No que respeita ao eixo metodológico, o Programa Caminhar em Família visa a utilização de grupos de apoio, ou seja, valoriza a aprendizagem grupal uma vez que esta supõe uma participação ativa, não considerando a pessoa como objeto, mas um sujeito de aprendizagem, aprendizagem essa que se produz num contexto ativo, cognitivo e

sociocultural. Permite ainda ao sujeito aprender a pensar, associando o pensamento às emoções e à ação e, por último, sugere o dinamizador como sendo um coordenador do processo de ensino-aprendizagem e não um transmissor de conhecimento (Bailón et al., 2015).

Entre 2015-2018 o programa supracitado foi aplicado a 138 famílias (21% Portugal, 79% Espanha), das quais 16,7% eram famílias reconstituídas, 31,9% casados ou em união de facto e, 51,4% monoparentais. 120 indivíduos eram do sexo feminino enquanto 57 eram do sexo masculino. Estas 138 famílias eram compostas ainda por 196 crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 17 anos, sendo que 80% destas crianças se encontravam em acolhimento residencial, com um tempo médio de 3 medidas de acolhimento, ou seja, cerca de 18 meses (Bailón, s.d).

No geral, a maioria dos participantes no programa perceberam mudanças, adaptações a fazer para poderem reconstituir a família – maior adaptação dos pais às necessidades dos filhos tendo em conta as rotinas criadas em acolhimento. Perceberam ainda que o programa lhes ajudou na sua evolução enquanto pais: ao nível da autoeficácia no papel parental, melhoria do seu estado psicológico e identificação de recursos de apoio para os seus filhos. Notaram ainda uma melhoria na gestão das suas emoções. Perceberam melhorias ao nível da comunicação – os filhos sentem-se mais escutados pelos pais e estes respeitam mais os seus interesses (Bailón, s.d).

3.1.2 – Programa NOP

Segundo Santos et al. (2011), o projeto teve duração de três anos e durante a sua execução foram encaminhadas 84 famílias (211 crianças/jovens e 141 cuidadores, dos quais foram integrados 65 agregados (110 cuidadores).

A maioria dos encaminhamentos deveu-se a problemáticas como o insucesso/abandono escolar das crianças/jovens e a existências de múltiplas problemáticas, tais como: monoparentalidade; negligência sobre os filhos; e comportamentos disruptivos dos filhos (Santos et al. (2011).

Tendo em conta a caracterização das famílias, a intervenção foi pensada tendo por base uma abordagem estimuladora, visando o desenvolvimento de competências por parte dos cuidadores os quais apresentavam diversas problemáticas, quer individuais, familiares e/ou socioculturais, contribuindo assim para evitar e/ou reduzir a institucionalização, além de minimizar os fatores de risco familiares (Santos et al., 2011).

Para a intervenção foram então criados 4 grupos: o 1º com 20 e o 2º com 25 participantes com sessões quinzenais. Já o 3º grupo com 28 participantes tinha sessões semanais e o 4º grupo, com 37 participantes, as suas sessões eram bissemanais. O programa foi organizado para 48h de formação em sala e 24h de Tutoria, dando um total de 72h (Santos et al., 2011).

Como metodologia do programa em sala, foram utilizadas dinâmicas de grupo, estudos de caso, visualização de filmes e discussão de problemáticas (Santos et al., 2011).

Santos et al. (2011) consideram que para uma melhor consolidação dos conteúdos abordados em sala são necessárias sessões de tutoria, ou seja, sessões de acompanhamento regular dos participantes nos domicílios. Estas foram desenvolvidas por duas técnicas por agregado. Estas sessões visavam responder às necessidades apresentadas ao nível da autonomia e da capacidade de resolução de problemas com base nas aprendizagens efetuadas. Procuraram ainda trabalhar comportamentos menos adequados e competências (in)existentes ou deficientes, sempre em articulação com os conteúdos abordados em sala.

No que respeita à avaliação global da intervenção, os participantes reconhecem em si mudanças/alterações relativamente à sua relação com os filhos, notaram diferenças no funcionamento familiar antes e após a intervenção e mostraram-se satisfeitos em participar no projeto (Santos et al., 2011).

Os sujeitos apresentaram mudanças ao nível das atitudes e valorização da função parental, para o que o acompanhamento próximo (tutoria) foi um fator relevante para a capacitação parental, sendo que a intervenção individualizada apresenta maiores benefícios (Santos et al., 2011).

No que respeita à prevenção da institucionalização de crianças e jovens, as crianças encaminhadas pela CPCJ de Setúbal, cujas famílias participaram no programa de formação parental permaneceram na família com exceção de duas que foram retiradas antes de o programa iniciar (Santos et al., 2011).

Conclui-se então que o Programa de Formação Parental NOP contribuiu de forma positiva para a prevenção da institucionalização de crianças/jovens em risco e para o regresso à família de 75% das crianças institucionalizadas, sendo que se considera concretizado o seu objetivo principal (Santos et al., 2011).

3.1.3 Programa SAFER

O Programa SAFER tem como objetivos de intervenção potenciar as capacidades das famílias em satisfazer as necessidades específicas encontradas e a supressão dos riscos a que as crianças e jovens se encontram expostos e assim evitar a sua institucionalização (Dinis et al., 2011).

O SAFER consiste em sessões individualizadas e em casa das famílias (segundo o Modelo do Projeto em Família) e sessões com grupos de pais (Dinis et al., 2011).

Desta forma, durante 6 semanas um técnico trabalha com a família no sentido de promover competências sociais e pessoais bem como o relacionamento com os filhos. Em conjunto com a mesma, são definidos objetivos de intervenção. Sendo esta, durante seis semanas, todos os dias, 24 horas por dia, pois o programa acredita que a família que se encontra em momento de crise necessita de todo o apoio, a qualquer momento e a qualquer hora.

Como complemento à intervenção in loco, são realizados encontros entre pais com o objetivo de partilharem experiências, facilitando o processo de normalização das suas preocupações e necessidades específicas. Estes encontros com e para pais visa acentuar forças positivas e facilitar o relacionamento de uns com os outros (Dinis et al., 2011).

Os encontros com e para os pais focaram vários aspetos: “dinâmica familiar, desenvolvimento infantil, sexualidade, etapas do ciclo de vida, relações interpessoais, comunicação, organização doméstica e higiene pessoal e habitacional fomentado a partilha de experiências entre pais/educadores; sensibilizar os pais/ educadores para a importância dos cuidados precoces na prevenção de comportamentos de risco; criação e desenvolvimento de parcerias, para implementação no terreno de novos modelos de atuação mais adaptados à realidade atual das crianças, jovens e suas famílias”. (Dinis et al., 2011, p. 298).

Segundo Dinis et al. (2011), o projeto acompanhou 94 famílias, 98 pais/cuidadores, maioritariamente do sexo feminino abrangidos por ações da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e Equipa de Crianças e Jovens de apoio ao Tribunal de Família e Menores de Sintra. Das 94 famílias, foram identificadas 156 crianças e jovens “cuja medida de Apoio Junto dos Pais era a que prevalecia, seguida da medida de Acolhimento Institucional”. (p. 291).

As características do agregado apresentadas eram a desestruturação do agregado, elevado número de coabitantes, reduzido nível de escolaridade e dependência de subsídios e apoios sociais (Dinis et al., 2011).

As problemáticas apresentadas são principalmente a negligência sobre os filhos, conflitos entre os elementos do agregado, pais com problemas de alcoolismo, violência familiar e uma incidência maior em casos com medida na CPCJ (Dinis et al., 2011).

Foram preenchidos questionários pelas famílias e pelos técnicos para avaliar o sucesso da intervenção. O que influenciava também a taxa de sucesso era o facto de, ao fim de um ano, as crianças permanecerem na família ou não. Deste modo, verificou-se que das 94 famílias acompanhadas, apenas permaneceram em casa, crianças de 58 famílias (Dinis et al., 2011).

Considera-se que com a partilha de experiências e a consciencialização de disfuncionalidades existentes, as famílias poderão ter assumido comportamentos que facilitaram a satisfação perante a sua família (Dinis et al., 2011).

3.2 Características comuns aos três programas

Relativamente a todos os programas apresentados podem identificar-se várias características comuns que se passam a identificar.

De uma forma geral, os três programas têm como objetivos promover práticas parentais positivas e melhoria da qualidade da relação pais-filhos. Visam ainda prevenir as respostas de acolhimento residencial e promover/facilitar a reintegração/reunificação familiar.

Os programas são geralmente destinados a famílias que apresentam elevado risco psicossocial, cujos filhos se encontram em acolhimento residencial ou encaminhados/acompanhados pela CPCJ.

Relativamente às estratégias utilizadas nos três programas, prevalecem as sessões temáticas em grupo, com a utilização de métodos expositivos, realizadas com uma periodicidade semanal. Utilizam-se ainda registos de vídeo, interações cuidador-criança, apresentando-os e discutindo-os em sessões de pequeno grupo, complementadas com visitas domiciliárias a cada família.

Quanto à metodologia de avaliação, apresentam maioritariamente metodologias de avaliação pouco estruturadas, alguns avaliam apenas a satisfação dos participantes, outros realizam grupos focais, complementados com questionários aos participantes no programa.

3.3 Análise dos Programas a partir das categorias identificadas

A análise de conteúdo realizada a cada um dos programas foi efetuada a partir da identificação de 7 categorias prévias: i) tempo de implementação do programa; ii) objetivos; iii) fundamentação; iv) destinatários; v) referencial de competências; vi) metodologia; e vii) resultados.

3.3.1. Implementação

Referente à análise dos programas anteriormente apresentados e como se pode conferir na tabela 1 em anexo), constata-se que todos os programas apresentam a mesma duração, sendo esta de três anos. O programa NOP e o programa SAFER foram aplicados entre 2008-2011 e o programa Caminhar em Família foi aplicado mais recentemente (2015-2018). Para além disso, os dois primeiros programas foram aplicados numa zona circunscrita de Portugal e o programa Caminhar em Família foi aplicado em várias zonas de Espanha e Portugal.

3.3.2. Objetivos

Segundo Mercer (2006), ser mãe/pai não pode ser considerado um talento natural, mas sim um processo sociocognitivo tratando-se de um processo aprendido (in Cardoso, et al., 2014). Na tabela 2 em anexo, pode conferir-se que os programas surgem na tentativa de colmatar a necessidade de capacitação dos pais evitando a institucionalização e promovendo/facilitando a reunificação familiar. Deste modo, têm como objetivo capacitar os pais tendo como foco não só o acolhimento e a reunificação, mas também a aceitação da medida de proteção aplicada (programa Caminhar em Família). Assenta ainda na responsabilização parental (NOP), bem como nas competências pessoais e sociais dos elementos da família (SAFER). Aliado ainda ao desenvolvimento das competências parentais, o programa Caminhar em Família visa também a valorização dos vínculos afetivos.

Outro objetivo comum, passa pela facilitação da reunificação familiar, sendo que segundo Del Valle (2009), a intervenção em instituição de acolhimento residencial pressupõe também um processo de reunificação familiar envolvendo a família, potenciando relações positivas entre pais e filhos e ajudando a superar as dificuldades apresentadas. Esta facilitação propõe-se através da aceitação e implicação da medida de proteção (Caminhar em Família), intervindo junto das famílias (SAFER), garantindo as condições necessárias (NOP), incrementando recursos facilitadores da reunificação (Caminhar em Família).

Tratando-se o acolhimento de uma forma de oferecer atenção especializada a crianças/jovens que precisam de ser separadas temporariamente do seu meio natural de vida (Martins, 2004), o programa NOP e o SAFER focam a sua atenção na prevenção da institucionalização e na minimização de fatores risco. Sendo que ambos atuam de forma preventiva evitando uma institucionalização desnecessária, favorecendo a preservação da família (NOP) e aumentando os fatores protetivos (SAFER).

3.3.3. Fundamentação

Os programas alisados revelam um leque de estudos e investigações (conforme se pode verificar na tabela 3 em anexo) com o objetivo de desenvolver um programa mais ajustado às necessidades presentes na comunidade em que se desenvolveram. Tratando-se de programas que visam capacitar os pais/cuidadores de competências que facilitem a reunificação familiar e previnam a institucionalização, considera-se relevante o debruçar sobre a temática das competências parentais, sendo que o Programa Caminhar em Família e o NOP revelam as competências parentais como uma forma de assegurar, de forma flexível e ajustada, as necessidades da criança/jovem tendo em conta o contexto psicossocial em que vivem.

Acredita-se que a existência de fatores de risco/instabilidade associados às competências parentais pouco desenvolvidas pode promover a vulnerabilidade psicossocial das famílias, daí intervir-se com famílias multidesafiadas. Desta forma, o NOP procura perceber como lidar da melhor forma com estas famílias a fim de minimizar os fatores de risco potenciando fatores protetivos.

O programa Caminhar em Família preocupa-se com a proteção da infância e o desenvolvimento da criança, indo ao encontro da Convenção dos Direitos da Criança (1989). Uma vez que encara a criança com necessidade de proteção jurídica e não jurídica, sendo esta vista como um sujeito de direitos, passando alguns destes pelo direito do correto cumprimento da responsabilidade dos pais, da família alargada e da comunidade. Também o programa NOP demonstra uma preocupação com o

desenvolvimento da criança percebendo que o curso do desenvolvimento da criança pode ser alterado ainda na primeira infância.

O projeto SAFER, a fim de intervir de uma forma mais ajustada, debruçou-se sobre as estratégias de intervenção para pais, analisando questões ligadas à formação parental em grupo e a programas de intervenção para pais. Denota-se ainda, que o projeto NOP atribui também uma certa relevância em relação aos programas de intervenção com pais, analisando os trabalhos de Coutinho (2004, in Santos et al., 2011).

A participação da família e a sua resiliência são temas sobre os quais o programa Caminhar em Família se debruça, tendo então por base a aprendizagem grupal, uma vez que supõe uma participação mais ativa. Este envolvimento pode ser visto como facilitador, pois aliado à resiliência familiar, permite não só identificar, mas também trabalhar de forma mais ajustada os fatores de risco e de proteção das famílias.

Relativamente ao diagnóstico de necessidades, os programas Caminhar em Família e o NOP tiveram a preocupação de recolher essa informação, quer através de visitas domiciliárias (NOP), quer através do contacto com as equipas de Proteção da Infância e Juventude, as quais selecionaram as famílias beneficiárias do programa (Caminhar em Família), de forma a apresentar uma intervenção mais ajustada às suas características. Tendo em conta que estas podem ser consideradas como fatores de risco ou de proteção, surgindo assim, os ditos programas como um recurso à capacitação das famílias.

3.3.4. Destinatários

Todos os programas analisados se destinam a cuidadores, famílias e crianças (conferir tabela 4 em anexo) que, de um modo ou de outro, se encontram em risco psicossocial ou em que as crianças/jovens já se encontram institucionalizadas, necessitando de uma intervenção a nível das competências parentais, para que a reunificação familiar seja um processo mais coeso, tendo em conta as características pessoais e sociais de cada um. Prevendo assim a consolidação da reunificação,

prevenindo o retorno das crianças ao centro de acolhimento e evitando a institucionalização daquelas que se encontravam em risco psicossocial.

3.3.5. Referencial de competências

No que respeita ao referencial de competências dos programas analisados, pode-se afirmar que consideram relevante desenvolver competências no campo da resolução de problemas, minimizando assim fatores de stress e desenvolvendo nos intervenientes a tolerância, perseverança e capacidade de lidar com o insucesso (conferir tabela 5 em anexo).

Os programas Caminhar em Família e o NOP apresentam em comum competências como gestão emocional e gestão comportamental, sendo que consideram relevante que os intervenientes sejam capazes de identificar necessidade emocionais/afetivas e responsabilizar-se pela criança/jovem nessa dimensão. A nível comportamental, pretendem consciencializar as famílias para a importância da sua participação de se terem como exemplo/referencia para os filhos.

Já o programa SAFER procura capacitar as famílias ao nível das suas habilidades, aptidões e facilitação das tarefas de forma a que as famílias tenham maior autonomia no que respeita ao desenvolvimento dos seus elementos, como na realização das tarefas e na sua capacidade de introduzir novas tarefas.

Por outro lado, o programa Caminhar em Família considera a regulação cognitiva como uma competência a desenvolver nos intervenientes, uma vez que implica o desenvolvimento do pensamento crítico e de valores que guiam o seu comportamento perante os outros.

Por último, o programa NOP foca ainda competências como rede de suporte, gestão familiar, comunicação e identificação de problemas. Sendo que considera importantes diversos aspetos: a existência de relação com outros familiares, professores e técnicos; a criança/jovem ter o seu espaço; saber ouvir e observar; e identificar problemas/inaptações da criança/jovem. É possível analisar que a comunicação é uma competência relevante uma vez que saber ouvir e observar permite identificar

problemas, fomenta a rede de suporte e atribui à criança o espaço necessário ao seu bom desenvolvimento.

3.3.6. Metodologia

Relativamente à metodologia utilizada pelos programas analisados, é possível observar que os três programas valorizam uma intervenção em grupo (em sala), seja através de dinâmicas de grupo, estudos de caso, partilha de experiências, entre outras atividades (conferir tabela 6 em anexo).

Contudo, importa referir que o programa NOP e o SAFER realizaram sessões de tutoria em casa dos intervenientes com vista à transferência e consolidação das aprendizagens efetuadas em sala.

3.3.7. Resultados

Analisando a dimensão dos resultados (tabela 7 em anexo), quer ao nível pessoal e familiar é possível reconhecer resultados positivos. Deste modo, com o programa Caminhar em Família, a nível pessoal os beneficiários referem a descoberta de habilidades e o desenvolvimento da sua capacidade em criar e aplicar regras. Já a nível familiar, denota-se uma melhoria a nível da comunicação e afeto, bem como da partilha de sentimentos e emoções.

No que concerne ao programa NOP, refere que a nível pessoal os seus beneficiários desenvolveram maior paciência e confiança nos seus filhos, bem como a capacidade de insistir nas regras estabelecidas e valorização pessoal. A nível familiar, a participação no programa fomentou uma melhor relação entre pais e filhos, podendo percecionar alterações a nível das atitudes e valorização parental.

O programa SAFER potenciou o desenvolvimento de novos padrões comportamentais e a satisfação perante a família, isto a nível pessoal. Já a nível familiar,

facilitou a diminuição dos comportamentos intrafamiliares e o aumento da capacidade de resolução de conflitos.

3.4 Discussão dos resultados

A investigação realizada tinha como propósito final a análise da importância de programas de competências parentais na reunificação de crianças/jovens institucionalizados. Para isso, aliado a uma revisão de literatura especializada, foram analisados três programas de competências parentais, dois implementados apenas em Portugal, sendo que o Caminhar em Família foi aplicado em Portugal e Espanha.

De toda a investigação resultaram, invariavelmente, considerações sobre os aspetos positivos e negativos dos programas analisados, bem como, pontos claramente relacionáveis com a importância da família no desenvolvimento integral da criança/jovem. Como tal, procurar-se-á nesta discussão apresentar os principais aspetos sobre cada tópico abordado.

Segundo a Convenção dos Direitos da Criança (1989), esta deve ser vista como um sujeito de direitos, tratando-se um deles do correto cumprimento da responsabilidade parental possibilitando à criança, receber proteção e assistência necessária, bem como um ambiente estável. Uma vez não assegurados os seus direitos, a Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo prevê medidas que os promovam, ou seja, visa salvaguardar as crianças e jovens que se encontrem em perigo.

Como medidas de acolhimento podemos encontrar o acolhimento familiar (onde a criança é integrada num meio familiar) e o acolhimento residencial (onde a criança é entregue a uma entidade que assegure os cuidados adequados). Deste modo, o acolhimento/institucionalização traz consigo algumas implicações que nos fazem por em causa a sua aplicabilidade. Ou seja, implica um afastamento (temporário ou não) da sua família e da situação de risco, bem como, pode fomentar sentimentos de perda, abandono e solidão.

Segundo Del Valle (2009), a conservação da unidade familiar trata-se da melhor hipótese para o desenvolvimento da criança. Sendo que, quando esta apresenta perigo para a criança, surge a necessidade de afastamento, seja este temporário ou não.

Contudo, da investigação realizada verifica-se que o envolvimento dos pais propõe resultados positivos na intervenção, uma vez que o consentimento dos pais para o acolhimento da criança facilita a adaptação/aceitação da medida.

Posto isto, surge a reunificação familiar como o processo a seguir; todavia, deve ser realizado de forma gradual, em conjunto com a família, para que se trate de um processo de transição permanente.

Devemos então, mostrar aos pais que estes continuam a ter as suas obrigações e direitos para com os filhos, mas acima de tudo, fomentar o seu envolvimento nas dimensões que dizem respeito às crianças. Ou seja, a intervenção realizada pela instituição não deve ser unicamente focada na criança, mas também na unidade familiar (Del Valle, 2009).

Assim, compreende-se a necessidade e importância de olhar para a família como um todo e não, apenas para as suas limitações, pois o facto de apresentarem limitações não significa que sejam incapazes. Apresentando assim, potencialidades que podem não saber aplicar ou não se apercebem da sua existência. Tratando-se de um processo aprendido, ser mãe ou pai não pode ser visto como um processo natural (Mercer, 2006 in Cardoso, et al, 2014). Destaca-se assim a importância e necessidade de programas de competências parentais para colmatar situações/relações familiares negligentes. Estes programas visam desenvolver nos pais capacidades/competências que permitam o bom desenvolvimento da criança.

Acreditando que todo o ser humano precisa de estar consciente das suas capacidades e limitações para assim perceber que aspetos deve ter em conta para que haja uma mudança eficaz, realçamos o pensamento de Balsells et al. (2013), cujo se foca na importância de os pais estarem conscientes das possíveis alterações nas necessidades dos filhos aquando do processo de reunificação familiar, de forma a adaptarem as suas respostas.

Cada vez mais se insiste em valorizar a opinião das crianças, respeitando o direito que têm de serem ouvidas, considerando sempre o seu superior interesse. Deste modo, considera-se impensável que um processo de reunificação não implique

diretamente a criança. Assume-se assim a opinião de Balsells et al., (2013), cujo reforça a importância de informar a criança de todo o processo e suas implicações, para que esta não seja apanhada desprevenida em qualquer momento do processo e posterior consolidação da reunificação. Pois se considera que havendo uma partilha equilibrada de informação, todo o processo será facilitado, uma vez que supõe a prevenção de alguns constrangimentos que pudessem surgir.

Balsells et al. (2013) afirmam que ter consciência das mudanças, oferece perspectivas, objetividade e motivação. Corrobora-se com esta afirmação uma vez que se considera que se os sujeitos trabalharem para determinado objetivo e não obtiverem resultados, ou não tiverem consciência destes, acabam por desmotivar, perdendo assim perspectivas. Deste modo, consideramos relevante que os programas de competências parentais procurem ajudar as famílias neste processo de identificação e consciencialização das mudanças alcançadas. Pois o autor acima referido diz-nos que este tipo de implicação do programa se pode traduzir num indicador de sucesso na reunificação familiar.

Referente aos programas de competências parentais analisados, destaca-se um aspeto relevante presente no programa Caminhar em Família e que os outros programas não referem, nomeadamente a necessidade de explicar aos pais a medida tomada, questões relacionadas com as visitas e contactos durante o acolhimento (que tipo de visita, que supervisão), a preparação da reunificação e não menos importante, o que fazer para que essa reunificação prospere (Bailón & Vicente, 2015). Constatando-se assim, como algo que deve ser tido em conta na criação e/ou desenvolvimento de posteriores programas.

Outro aspeto a ressaltar e de interesse para outros programas, passa pelo facto de haver tutorias em espaços/realidades próximas dos intervenientes, ou seja, na sua casa ou na sua comunidade. Os programas NOP e SAFER abordam este aspeto como um momento de transferência de aprendizagens envolvendo o espaço onde a família, incluindo a criança se sente mais à vontade, rodeada de fatores protetivos.

Aqui, importa destacar que cada programa é um programa, com as suas características particulares. Os quais foram aplicados para e com sujeitos distintos, com realidades (embora paralelas) muito diferentes.

Acrescenta-se que a ausência de um grupo de controlo não permite a total afirmação de sucesso dos programas (mesmo conhecendo os seus resultados). Por tal, sugere-se que um próximo programa contemple esta modalidade/metodologia.

Conclusão

A presente investigação teve como objetivo investigar a importância de programas de competências parentais na reunificação de crianças/jovens institucionalizadas. Desta forma, aliada à revisão bibliográfica, foi fundamental analisar três programas de competências parentais que nos permitiram perceber o impacto que estes têm na reunificação familiar.

Deste modo, a presente análise documental permitiu desenvolver temas como: a Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo; a Institucionalização de Crianças e Jovens: causas e consequências; a Reunificação Familiar; Competências Parentais; e Programas de Competências Parentais. Os quais fundamentam a trajetória de vida da criança e sua família desde o motivo da retirada até à reunificação familiar, aliada a programas de competências parentais. Demonstrando assim, a importância do desenvolvimento de competências parentais para o pleno desenvolvimento da criança.

Por conseguinte, considera-se fundamental a existência de programas de formação de competências parentais, não só pelos resultados apresentados pelos programas analisados, mas também porque visam promover práticas parentais positivas e melhoria da qualidade de relação pais-filhos. Indo ao encontro daquilo que nos diz a Convenção dos Direitos da Crianças (1989), ou seja, a existência de boas relações entre pais-filhos é um elemento fulcral para o desenvolvimento e bem-estar da criança. Ressalva-se assim a valorização dos vínculos afetivos por parte dos programas, baseando-se na teoria da vinculação, em que a ausência de uma figura significativa para o sujeito, fomenta um mecanismo de insegurança emocional, podendo levar a trajetórias desenvolvimentais desadaptativas (Grossman & Grossman 2004 in Mota & Matos, 2010).

Contudo, apesar de todos os aspetos positivos que podem advir da reunificação, não podemos esquecer que como tudo, esta tem o seu lado negativo. Ou seja, a criança poderá estar exposta a qualquer tipo de discriminação, devido à vida que teve anterior à separação ou pelos motivos desta. Por outro lado, está sujeita a que haja um choque entre as tradições vivenciadas no centro de acolhimento e as tradições da comunidade

onde a criança vive após a reunificação. E ainda, o stress que a criança e sua família poderão experienciar durante o retorno a casa prevendo-se um momento algo conturbado para todos, o que pode perturbar/romper o equilíbrio do sistema familiar existente. Havendo a necessidade de a criança assumir novos papéis, de se adaptar a novas rotinas e regras da casa, contrárias às do centro onde se encontrava (Valle e Zurita, 2007).

De forma a minimizar o impacto negativo que a reunificação familiar poderá apresentar, sugere-se que as escolas estejam mais atentas a estas crianças de modo a facilitar a sua adaptação/integração. Por outro lado, importa reforçar a importância de que as medidas de separação sejam discutidas com os sujeitos de modo a que estas se tornem conscientes do motivos e possíveis alterações, facilitando assim a aceitação da mesma e promovendo a motivação para continuar e melhorar. Já no momento da reunificação, é imprescindível que se volte a discutir as implicações da mesma evitando sentimentos de desconforto por parte da família e da criança, potenciando a sua consolidação.

Após a realização deste estudo é possível afirmar que tendo ou havendo a oportunidade para desenvolver as suas competências parentais, é possível qualquer pessoa ser pai ou mãe, pois tal como já foi referido, ser pai ou mãe é algo que se aprende. Daí sentirmos a necessidade de reforçar que a nossa sociedade, o nosso Estado deve apostar com maior empenho e dedicação em estratégias/programas de competências parentais. Na certeza de que as nossas crianças crescerão num “mundo” bem melhor, onde o seu superior interesse estará sempre em primeiro lugar, cientes de que os seus pais têm consciência das suas necessidades e que são capazes de as satisfazer, cumprindo assim com as suas responsabilidades parentais e encarando e conhecendo a criança (filho) como um cidadão de direitos jurídicos e não jurídicos.

Referências bibliográficas

- Ainsworth, M. D. S. (1985). Attachments across the life span. *Bulletin of the New York Academy of Medicine*, 61(9), 792–812. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1911889/pdf/bullnyacadme_d00065-0026.pdf acessado 30 de maio de 2017
- Amado, J., (2017). *Manual de investigação qualitativa em Educação*. Coimbra. Universidade de Coimbra.
- Alonso, J. D., & Menéndez, R. M. (2014). El acogimiento de menores en el actual sistema de protección a la infancia: La importancia del contexto. *Revista Internacional de Trabajo Social e Bienestar*, (3), 149–155.
- Alvarez, F., Carvalho, I., & Baptista, M. (2014). Adolescentes em contexto institucional. In Mendes, T., S., & Santos, P., V., *Acolhimento de crianças e jovens em perigo* (pp. 49–71). Lisboa: Climepsi Editores.
- Amorós, P., Balsells, M. À., Fuentes-Peláez, N., Molina, M. C., Mateos, A., & Pastor, C. (2010). La atención integral a las familias en situación de vulnerabilidad. *Rivista Italiana Di Educazione Familiare*, 2, 37–44.
- Ausloos, Guy (1996). *A Competência das Famílias – Tempo, Caos, Processo*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Bailón, (s.d.). *A reunificação familiar como desafio do sistema de proteção da criança: investigação, avaliação e implementação de um programa socioeducativo*. Coordenado entre 2015-2018. Universidade de Lérida.
- Bailón, M., Vicente, C., Martí, P., Fuentes-Peláez, N., Garúz, m., Inchaurrondo, A., Tió, E., Alifonso, C., Gomá, M., Ramajo, B., Resolló, J., Bolós, A., Monclús, A., Sala, A., Hortado, A., & Alvarez, N., (2015). *Fundamentación y características del programa*. In Grupo de Investigación en Intervenciones Socioeducativas en la Infancia y la Juventude, Caminar en familia - Programa de competencias

parentales durante el acogimiento y la reunificación familiar. Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad. Madrid.

Balsells, M. Á. (2007). Orientaciones para promover acciones socioeducativas con familias en situación de riesgo social. *Guía Para La Gestión de Centros Educativos*, 1–12.

Balsells, M. À., Pastor, C., Molina, M. C., Fuentes-Peláez, N., Vaquero, E., & Mundet, A. (2013). Child welfare and successful reunification: Understanding of the family difficulties during the socio-educative process. *Revista de Cercetare Si Interventie Sociala*, 42, 228–247.

Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bell, J. (1993). *Como Realizar um Projeto de Investigação*. Lisboa: Gradiva.

Bogdan, R. e Biklen. S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.

Bravo, A., & Del Valle, J. F. (2009a). Crisis y revisión del acogimiento residencial: su papel en la protección infantil. *Papeles Del Psicólogo*, 30(1), 42–52. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2880583&info=resumen&idioma=ENG> acedido a 30 de maio de 2017

Bravo, A., & Valle, J. F. del. (Coord.) (2009b). *Intervención socioeducativa en acogimiento residencial*. Colección documentos técnicos 02. Santander: Dirección General de Políticas Sociales.

Camilo, C., Garrido, M., (2013). Desenho e avaliação de programas de desenvolvimento de competências parentais para pais negligentes: uma revisão e reflexão. *Análise Psicológica*, 3 (XXXI): 245-268. CIS-IUL, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

- Campos, G., Ochaíta, E., & Espinosa, M. Á. (2010). El acogimiento residencial como contexto de desarrollo desde la perspectiva de sus profesionales. *Educación E Diversidad*, 5(1), 59–71.
- Cardoso, A., Silva, A., & Marín, H., (2015). Competências parentais: construção de um instrumento de avaliação. *Revista de Enfermagem Referência*, IV - n.º 4 – 2015. Disponível em <http://dx.doi.org/10.12707/RIV14012>
- Cechinel, A., Fontana, S., Giustina, k., Pereira, A., & Prado, S., (2016). Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. *Criar Educação*, V.5, nº1. UNESCO
- Del Valle, J. F. (2009). Cómo potenciar la reunificación familiar desde los Centros y Hogares de Protección. In *Intervención Socieducativa En Acogimiento Residencial*, 117–132. Consultado em maio, 30, 2017, disponível em http://www.serviciosocialescantabria.org/uploads/documentos%20e%20informes/Interv%20Socioeducativa_Acogimiento%20Residencial.pdf
- Dinis, C., Delgado, M., & Chaleira, P., (2011). SAFER- Serviço de Apoio a Famílias em Risco. In Sampaio, D., Cruz, H., & Carvalho, M., (Coord.), *Crianças e Jovens em Risco – A Família no centro da intervenção* (pp.284-300). Cascais: Princípia.
- Grilo, P. (2013). A complexidade na intervenção com famílias vulneráveis. In Rivero, C., Sousa, L., Grilo, P., & Rodrigo, S., *Manual - Práticas colaborativas e positivas na intervenção social* (pp. 6 – 15). Leiria: EAPN Portugal/ Núcleo Distrital de Leiria.
- Lietz, C. A., & Strength, M. (2011). Stories of Successful Reunification: A Narrative Study of Family Resilience in Child Welfar. *Families in Society*, 92(2), 203–210. doi:10.1606/1044-3894.4102
- Martins, P. C. M. (2004). *Protecção de crianças e jovens em itinerários de risco: representações sociais , modos e espaços*. Tese de Doutoramento em Estudos da Criança. Universidade do Minho, Braga, Portugal.

- Montserrat, C. (2014). The Child Protection System from the Perspective of Young People: Messages from 3 Studies. *Social Sciences*, 3(4), 687–704. doi:10.3390/socsci3040687
- Mota, C. P., & Matos, P. M., (2010). Adolescentes em acolhimento residencial: O papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrolo. *Análise Psicológica* 2 (XXVIII): 245-254. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/314770681_Adolescentes_institucionalizados_O_papel_das_figuras_significativas_na_predicao_da_assertividade_e_empatia_e_autocontrolo acessado a 1 de maio de 2017
- Mota, I., (2011). Nota de Abertura. In Sampaio, D., Cruz, H., & Carvalho, M., (Coord.), *Crianças e Jovens em Risco – A Família no centro da intervenção* (pp. 9-10). Cascais: Príncípa.
- Ribeiro, M., (2003). *Ser Família: Construção, implementação e avaliação de um programa de educação parental*. (Dissertação para provas de Mestrado em Psicologia, na área de especialização em Psicologia Escolar) Universidade do Minho disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/728/1/Dissertacao.pdf> acessado a 21 de janeiro de 2018
- Rodrigo, M. J., (2015). *Manual práctico de parentalidad positiva*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Rodrigo, M. J., Casimiro, E. C., Quintana, J. C. M., & Chaves, M. L. M. (2009). Las Competencias Parentales en contextos de riesgo psicosocial. *Intervención Psicosocial*, 18(2), 113–120.
- Rodrigo, M. J., (2013). La escala de competencia y resiliencia parental para padres e madres en contextos de riesgo psicosocial. *Análise de Psicologia*, Janeiro. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/258994164>
- Sanders, M., (2003). *Triple P – Positive Program as a Public Approach to Strengthening Parenting*, University of Queensland. Disponível em:

<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.1012.8778&rep=rep1&type=pdf> Acedido a 21 de janeiro de 2018.

Santos, a., Santo, M., & Ribeiro, C., (2011). Novas Oportunidades. In Sampaio, D., Cruz, H., & Carvalho, M., (Coord.), *Crianças e Jovens em Risco – A Família no centro da intervenção* (pp.254-280). Cascais: Príncipeia.

Valle, J. F. del. (1999). Directrices de trabajo en el acogimiento residencial de menores. *Revista Rede Servicios Sociales*, (3), 3–16.

Valle, J. F. del, & Rodríguez, J. Á. (Coord.) (2008). *Manual de cantabria*. Cantabria: Dirección General de Políticas Sociales.

Valle, J. F. del, & Zurita, J. F. (2007). *El acogimiento residencial en la protección a la infancia* (3ª ed.). Madrid: Ediciones Pirámide.

Vázquez, C. B. (Coord.) (2009). *Manual de actuación en las intervenciones orientadas a la capacitación parental*. Asturias: Consejería de Bienestar y Vivienda. doi:10.1017/CBO9781107415324.004

Siqueira, A. C., Tubino, C. D. L., & Schwarz, C. (2009). Percepção das figuras parentais na rede de apoio de crianças e adolescentes institucionalizados. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v.61, n.1, 176–190. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v61n1/v61n1a17> acedido a 22 de outubro de 2017 .

Surtees, R., Cody, C., & Bearuo, L., (2016). *Directices sobre la reintegración de los niños. Grupo Interinstitucional sobre la Reintegración Infantil*. Disponível em: http://www.observatoriodelainfancia.es/oia/esp/documentos_ficha.aspx?id=5140 acedido a 27 de junho de 2018.

Legislação Consultada:

Convenção sobre os Direitos da Criança. (1989). Consultado em setembro 24, 2016, em https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf

Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, alterada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de Setembro, e posteriormente pela Lei n.º 23/2017, de 23 de Maio.

Anexos

Tabela 1 – Implementação

Programas			Caminhar em Família	NOP	SAFER
Dimensões	Categorias	Subcategorias	Indicadores	Indicadores	Indicadores
Imple me ntação	Duração	3 anos	2015-2018	2008-2011	2008-2011

Tabela 2 – Objetivos

Objetivos	Capacitar/Desenvolver	Competências parentais	“(…) dar apoyo a las competencias parentales específicas que las familias tienen que desarrollar en un proceso de acogida y de reunificación.” P. 16	“(…) abordagem estimuladora para a aquisição de competências por parte dos pais (...)”. 261	“(…) trabalha com a família na promoção de competências sociais e pessoais e do relacionamento entre pais e filhos”. 286
------------------	-----------------------	------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		Responsabilizaçã o do acompanhament o dos filhos		“(...) capacitar os pais (...) para que possam responsabilizar-se pelo acompanhamento dos seus mais jovens (...) “. 259	
		Competências parentais	“En la fase final para desarrollar las competencias adecuadas que permitan una preparación de la vuelta a casa y un retorno de los hijos con garantías de éxito.” P.18		
		Competências			“(...) pretende, com uma intervenção inovadora (...) aumentar as competências dos elementos das famílias (...)”. 284
		competências	“(...) incorporación de las competencias necesarias que permitan a padres e hijos la aceptación de la		

			medida de separación.” P.18		
	Facilitar	Reunificação familiar	“(…) promocionar la aceptación y la implicación de la medida de protección para facilitar el regreso de los hijos e hijas lo más pronto posible al hogar y afianzar la reunificación una vez están en casa.” P 35	“(…) garantir as condições necessárias que propiciem o seu regresso à famílias”. 260	“É também objetivo (...) intervir junto de famílias cujos os filhos estejam institucionalizados, mas previsto o seu regresso a curto/médio prazo” 284
	Valorizar	Vínculos afetivos	“(…) mantener el vínculo afectivo con el desarrollo de las competencias parentales específicas en las visitas y los contactos entre padres e hijos.” P.18		
	Incrementar	Recursos	“(…) los recursos que permitan atender las competencias parentales específicas en los diferentes momentos de la medida de protección, a fin de favorecer un proceso de		

			reunificación familiar.” P.18		
	Prevenir	Institucionalizaçã o		“intervenção que evite a sua institucionalização, actuando-se assim de forma preventiva”. 260	“Com este projeto pretende-se ainda evitar a institucionalização desnecessária dos menores (...)”. 284
	Minimizar	Fatores de risco		“(…) favorecendo a preservação da família através da redução dos fatores de risco familiares”. 261	“Toda a metodologia é baseada na diminuição dos fatores de risco e aumento dos fatores protectores (...)”. 291

Tabela 3 – Fundamentação

Fundamentação	Teorias	Teoria da aprendizagem			“A realização destes processos pressupõe a aprendizagem de comportamentos novos e diferentes.” 286
	Modelos	FAMILIES FIRST (Homebuilders), desenvolvido em			“Esta candidatura teve como base teórica um modelo norte-americano,

		Michigan em 1974.			Families First (...) iniciou-se a sua implementação e registo da respectiva patente em Portugal, com o nome de Projecto Família". 285
	Estudos/Investigações	Parentalidade Positiva	“(...) especialmente adecuada para fomentar la parentalidad positiva pues consigue enseñar estrategias efectivas de afrontamiento de los problemas cotidianos (...)”. P.17		
		Proteção da infância	“Cuando nos adentramos en la protección de la infancia, observamos cómo la competencia para comprender las dificultades (...). P.24		

		Competências para a parentalidade	“(…) capacidades de los padres para afrontar de forma flexible y adaptada, de acuerdo al contexto y las necesidades de los hijos, la tarea de ser padres.” P.23	“capacidade de assegurar as necessidades de desenvolvimento da criança” 256	
		Desenvolvimento da criança;	“Se centra en un conocimiento profundo de las necesidades de desarrollo de los niños, la capacidad de los padres o cuidadores para responder adecuadamente a esas necesidades (…”. P.22	“o curso do desenvolvimento da criança pode ser alterado na primeira infância” 255	
		Intervenção com famílias multidesafiadas;		“(…) mais incisivo em famílias e comunidades fragilizadas onde reinam culturas de sobrevivência e se reproduzem hábitos e experiências nem sempre positivas.” 253-resumo	

		Contexto psicossocial	“Se refiere al impacto de la familia extensa y los factores ambientales sobre la capacidad de los padres y niños.” P. 23		
		Formação parental em grupo			“(…) baseadas na perspectiva de que a partilha de experiências (...) favorece nas famílias a normalização (...)”. 290
		A participação da família	“(…) otorgando un papel más activo a los miembros de la familia y a otros agentes relacionados con el bienestar del niño.” P.28		

		Resiliência familiar	“La mirada a las familias desde la perspectiva de la resiliencia trata no solo de buscar los factores de riesgo que sitúan a la familia en una posición de “incapacidad” parental (...)”. P. 30		
		Programas de intervenção com pais		“(...)tendo contribuído para tal(...) a literatura efetuada por Coutinho (...) no âmbito do estudo sobre Modelos, Programas e Práticas para a Promoção da Parentalidade positiva (...)	“(...) constatamos que as estratégias de intervenção para pais, designadas como Treino de Competências Parentais (...) ou Formação de Pais (...) são definidas como

					modelos estruturados (...). 287
	Diagnóstico de necessidades	Modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção em Situações de Risco e de Perigo (MEAISRP);		“(...) tornou-se necessário conhecer as características individuais da criança e dos pais/cuidadores (...) que podem constituir-se como fatores protetores ou precipitar situações de risco para a criança/jovem. Para tal contribuiu o MEAISRP (...)”. 256	
		Visitas domiciliares		“As visitas domiciliares permitiram identificar (...) as competências parentais	

				ausentes ou deficientes (...). 263	
		Contactos	<p>“Captación y selección de las familias: los equipos de infancia y adolescencia en riesgo social encargados de la evaluación y el seguimiento de la familia biológica serán los que seleccionarán a las familias destinatarias.”</p> <p>46</p>		

Tabela 4 – Destinatários

Destinatários	Famílias	Em risco psicossocial;			<p>“A intervenção deste projeto faz-se com famílias em crise onde existem menores em situação de risco (...). 285</p>
----------------------	----------	------------------------	--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		Encaminhadas pela CPCJ e/ou EMAT;		“(…) 55% dos pais/cuidadores que integram os agregados encaminhados são acompanhadas pela CPCJ ou pela EMAT.” 261	“(…) abrangidos por acções da Comissão de protecção de Crianças e Jovens em Risco e Equipa de Crianças e Jovens de apoio ao Tribunal de Família e Menores de Sintra.” 291
		Com necessidades a nível exercício de responsabilidades parentais	“Familias que desde el punto de vista de su capacidad necesitan un apoyo específico para el ejercicio de la parentalidad. “ p.35		
	Cuidadores	Desempregados;		“(…) 44% dos pais e cuidadores estão desempregados (…)”. 261	
		Beneficiários de RSI ou outros apoios;		“(…) 66% dos pais/cuidadores recebem RSI ou outros apoios sociais (…)”. 261	“(…) dependência de subsídios e apoios sociais.” 292
	Crianças/Jovens	Entre os 8 e os 16 anos;	“El programa se dirige a familias con hijos de entre 8 y 16 años (…)”. P.35		

		Em casa			“(…) cuja medida de Apoio Junto dos Pais era a que prevalecia (…)”. 291
		Em acolhimento residencial;	“(…) se encuentran en proceso de separación temporal como medida de protección de la infancia y que tienen un pronóstico de reunificación.” P.35	“(…) e para o regresso de 75% das crianças/jovens institucionalizadas.” 269	“(…) seguida da medida de Acolhimento Institucional.” 291

Tabela 5 – Referencial de competências

Referencial de Competências	Gestão Emocional		“(…) se fomentan habilidades para la gestión emocional, la expresión de sentimientos y la empatía.” P. 7	“(…) tomar responsabilidade da criança/jovem nos planos: afectivo (…)”. 258	
	Habilidades				“(…) aumentando a sua autonomia e facilitando a adaptação destas às várias tarefas de

					desenvolvimento dos seus elementos." 287
	Redes de suporte			"(...) facilitar as condições de relacionamento da criança/jovem com o resto da família, professores e técnicos." 258	
	Comportamental		"(...) se facilita la adquisición de competencias para el cuidado de los hijos, la resolución de problemas y la participación." P.7	"(...) assumir-se como modelo de referência para a criança/jovem (...)" . 258 "(...) dar referências, ser assertivo, fixar e manter limites (...)" . 258	
	Resolução de problemas		"(...) se facilita la adquisición de competencias para el cuidado de los hijos, la resolución de problemas y la participación." P.7	"(...) ajudar a criança a ser mais tolerante e perseverante, capaz de resistir ao imediatismo e lidar com o insucesso (...)" . 258	"(...) a redução ou eliminação da influência de stressores (...)" . 286
	Regulação cognitiva		"(...) se propicia el pensamiento crítico, el respeto hacia los demás, los valores de la familia y la colaboración con los agentes de apoyo." P. 7		

	Gestão familiar/funcional			“(…) gerir o funcionamento família garantindo o espaço da criança/jovem (…”. 258	
	Comunicação			“(…) saber observar e ouvir, com vista a contribuir para a avaliação das potencialidades da criança/jovem (…”. 258	
	Identificação de problemas			“(…) identificar problemas, inaptações ou carências da criança/jovem (…”. 258	
	Facilitação de tarefas				“(…) convergem vários processos que têm com objetivo principal o aumento das competências dos elementos de uma família: a facilitação da tarefa, a introdução de tarefas adicionais ou novas tarefas (…”. 286
	Aptidões				“(…) convergem vários processos que têm com objetivo principal o

					aumento das competências dos elementos de uma família: (...) a aprendizagem de aptidões (...)" . 286
--	--	--	--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------

Tabela 6 – Metodologia

Metodologia	Em sala	dinâmicas de grupo;	<p>“La lluvia de ideas es una técnica en la cual los participantes de un grupo producen y exponen el mayor número posible de sugerencias y opiniones en torno a un tema o problema, de forma informal y libre.” p. 54</p> <p>“El juego de roles es una técnica de representación donde los participantes simulan una situación imaginaria (...)” . P. 55</p>	<p>“Dinamização de actividades de risco controlado propiciadoras de contextos de observação e promoção de interações entre pais e crianças;” 264</p>	
--------------------	---------	---------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

		estudos de caso;	<p>“El estudio de casos es una técnica donde se realiza la descripción detallada de una situación concreta (real o ficticia) (...)”. P. 55</p>	<p>“Foram utilizadas metodologias de dinâmicas de grupo, de estudos de caso, de visualização de filmes e de discussão de problemáticas (...)”. 265</p>	
		visualização de filmes;	<p>“La técnica del vídeo consiste en la proyección de un material audiovisual con la finalidad de presentar y analizar un tema.” P. 56</p>	<p>“Foram utilizadas metodologias de dinâmicas de grupo, de estudos de caso, de visualização de filmes e de discussão de problemáticas (...)”. 265</p>	
		discussão de problemáticas;	<p>“La técnica de diálogos simultáneos consiste en la división del grupo de participantes en parejas para la discusión, el debate o el estudio de un tema o asunto (...)”. P. 51</p> <p>“La discusión dirigida consiste en la realización de un debate entre todos los miembros del grupo</p>	<p>“As atividades lúdicas e pedagógicas desenvolvidas com as crianças mais jovens (...) foram utilizadas também para discussão e análise em contexto de formação;” 264</p>	

			sobre un tema determinado.” P. 51		
		Partilha de experiências;			“(…) baseados na perspectiva de que a partilha de experiências, nomeadamente em grupo, favorece nas famílias a normalização (…)”. 290
		Formação teórica;		“os temas abordados nas sessões dos diferentes grupos foram: desenvolvimento da criança e do adolescente; vinculação; funções da parentalidade (…”. 264	
		Atividades lúdicas e pedagógicas;		“As atividades lúdicas e pedagógicas desenvolvidas com as crianças mais jovens (…”. 264	
	Em casa/tutoria	Transferência de das aprendizagens efetuadas		“Realização de visitas de tutoria de acordo com a disponibilidade das famílias e de modo a dar	“estratégias de tutoria, de forma a operacionalizar no quotidiano os

				continuidade à formação em sala no contexto natural da criança/jovem.” 264	conteúdos abordados na formação em sala.”
--	--	--	--	-------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------

Tabela 7 – Resultados

Resultados	Pessoal		<p>“Yo he descubierto las habilidades que tenía (...) y esto ha sido tremendo, porque antes como madre era nula, no cuidaba a mi hijo. Ahora he sacado fuerzas, ganas de cuidarle y poder recuperarlo.”</p> <p>“Mi madre no sabía cómo repartir las tareas de casa entre mi hermana y yo. El curso le ha ayudado bastante y ahora ha sabido plantearlas y mantener el orden”.</p>	<p>“Aprendi a ter mais paciência e confiar mais nos meus filhos e insistir nas regras estabelecidas, para mim e para eles.” P. 274</p> <p>“(…) com as aulas e as visitas a casa já me senti uma boa mãe. Às vezes não me dava valor e as técnicas ajudaram-me muito nesse aspecto.” P. 274</p>	<p>“(…) com a partilha de experiencias e com a tomada de consciência de algumas disfuncionalidades, a maioria dos elementos dos grupos poderá ter adotado novos padrões comportamentais que lhe proporcionaram uma maior satisfação perante as suas próprias famílias.” P.298</p>
	Familiar		<p>“Llevamos dos visitas que los noto mejor, hablamos más y nos divertimos más. Antes, solíamos estar de brazos cruzados en plan ‘¿Qué tal?’ y eran un poco aburridas.</p>	<p>“(…) a maioria reconheceu mudanças em si no que respeita à sua relação com os filhos (...)” p. 273</p>	<p>“(…) foi possível verificar uma diminuição dos conflitos intrafamiliares e um aumento da capacidade de resolução de problemas.” P. 296</p>

			<p>Antes no hablábamos y ahora sí.”</p> <p>“Yo creo que al estar con ella viviendo, las emociones que tiene ella [la madre] y las que tengo yo, las compartimos y eso nos ayuda.”</p>		
	Social		Sem informação	Sem informação	Sem informação